



POSITIVO

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
INDICES DE BALANÇO – 31/12/2017
(Valores expressos e milhares de reais)

LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
$$LC = \frac{1.358.774}{1.053.310} = 1,29$$

LIQUIDEZ SECA (LS)

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$
$$LS = \frac{1.358.774 - 467.577}{1.053.310} = 0,85$$

LIQUIDEZ GERAL (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LG = \frac{1.358.774 + 149.551}{1.053.310 + 136.700} = 1,27$$

SOLVÊNCIA GERAL (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{1.696.385}{1.053.310 + 136.700} = 1,43$$



TABELIONATO DE NOTAS FAZENDA RIO GRANDE
Marcelo Rodrigo Martins Silverio
Tabeliao - Tel.:(41) 3627-1364

Selo: VPXbn.TJfdM.tdfvL - GOZFK.4LnPa
Consultar em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
FABIO TRIERWEILER FAIGLE.
Fazenda Rio Grande PR, 20/04/2018

Em test. da verdade
LUIZ CARLOS APARECIDO DE SOUZA
ESCREVENTE


Fabio Trierweiler Faigle

Contador
CRC: 055265/O-2 PR
CPF: 032.949.319-13



R. Senador Accioly Filho, 1021 - Indústria
CEP 81310-000 | Curitiba - PR
Tel.: +55 41 3316 7700

www.positivoinformatica.com.br

Luiz Carlos Aparecido de Souza
CPF 008.242.809-38
Escrivente

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ: 81.243.735/0001-48
NIRE: 41306071977
BALANÇOS PATRIMONIAIS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
5		377.863	459.175	387.526	478.376
31		8.484		8.484	644
8		267.891	286.878	276.246	288.281
7		467.577	468.391	506.539	468.391
10		23.536	11.187	12.383	12.823
8		139.232	100.118	142.158	100.863
		50.613	35.548	53.944	40.945
9		23.578	25.145	23.752	25.145
		1.386.774	1.387.088	1.411.532	1.415.468
NÃO CIRCULANTE					
8		262	7.267	262	7.267
8		75.568	138.612	75.568	138.612
20		6.913	6.913	6.913	6.913
9		6.890	15.276	7.182	15.285
		149.551	231.481	149.881	231.551
TOTAL DO PASSIVO					
11		69.266	16.452	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
12		21.443	46.505	53.604	65.186
13		49.403	51.638	57.092	51.638
14		188.050	159.472	172.886	175.874
		337.611	380.933	322.527	407.425
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
1.696.385		1.778.019	1.733.859	1.822.893	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
CIRCULANTE					
15		450.086	335.604	486.141	339.852
		439.705	514.592	439.705	537.508
31		-	27.837	-	27.837
		19.688	22.919	20.122	22.919
17		84.429	85.676	84.429	85.676
21		5.387	4.598	5.387	4.598
		35.317	19.666	35.970	19.686
18		3	2.212	3	2.212
22 e		10.115	10.115	10.115	9.806
9		1.013.884	998.444	1.013.884	998.444
10		4.098	4.598	4.098	4.598
		1.093.310	1.027.722	1.090.782	1.072.596
NÃO CIRCULANTE					
16		91.602	140.718	91.602	140.718
17		9.216	11.807	9.216	11.807
21		33.092	34.945	33.092	34.945
12		2.313	3.124	2.313	3.124
		136.700	191.052	136.702	191.052
TOTAL DO PASSIVO					
		1.190.010	1.218.774	1.227.484	1.263.648
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
22 a		389.000	389.000	389.000	389.000
22 b		118.512	118.925	118.512	118.925
22 c		(45.097)	(38.174)	(45.097)	(38.174)
22 d		97.069	118.758	97.069	118.758
22 e		(2.319)	(2.319)	(2.319)	(2.319)
		506.375	559.245	506.375	559.245
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1.696.385	1.778.019	1.733.859	1.822.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TABELIONATO DE NOTAS FAZENDA RIO GRANDE
Marcelo Rodrigues Martins Silverio
Tabelião - Tel.: (41) 3627-1364
Selo: DVA3.DRXXN.NXTV3 - FvGFK.XiCYX
Consultar em <http://funarpen.com.br>
Reconheço por SEHELHANCA a(s) firma(s) de
FABIO TRIEMELER FAIGLE, LINCON LOPES
FERNANZ.
Fazenda Rio Grande-RS, 13/04/2018
Em test.: *[Assinatura]* da verdade
LUIZ CARLOS APARECIDO DE SOUZA
ESCREVENTE

Fabio Triemeler Faigle
Fabio Triemeler Faigle
Contrator
CRC: 055285/O-2 PR
CPF: 032.949.319-13

TABELIONATO DE NOTAS FAZ RIO GRANDE

TABELIONATO DE NOTAS FAZ RIO GRANDE

[Assinatura]
Mônica Gaspar
Diretor
CPF: 314.837.678-98

CPF 008.242.800-38
Em anexo

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
 CNPJ: 81.243.735/0001-48
 NIRE: 41300071977
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO LEVANTADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
23	1.903.447	1.691.730	1.913.608	1.746.015
24	(1.408.903)	(1.185.848)	(1.420.259)	(1.239.609)
	494.544	505.882	493.349	506.406
24	(332.112)	(308.169)	(332.140)	(308.169)
24	(96.808)	(103.127)	(98.920)	(101.809)
	(17.087)	1.365	(17.087)	1.365
11 e 12	(9.596)	23.820	(6.125)	23.482
	(455.603)	(386.111)	(454.272)	(385.131)
	38.941	119.771	39.077	121.275
26	63.246	90.967	65.135	90.967
26	(125.142)	(143.054)	(126.720)	(144.556)
26	(21.080)	(58.020)	(21.479)	(58.020)
	(82.976)	(110.107)	(83.064)	(111.609)
	(44.035)	9.664	(43.987)	9.666
20	-	-	(48)	(2)
20	(3.516)	(826)	(3.516)	(826)
	(3.516)	(826)	(3.564)	(826)
	(47.551)	8.838	(47.551)	8.838
28	(0.5524)	0,1035	N/A	N/A
28	(0.5475)	0,1033	N/A	N/A

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TABELIONATO DE NOTAS FAZENDA RIO GRANDE
 Marcelo Rodrigo Martins Silverio
 Tabelião - Tel.: (41) 3627-1364
 Selo: 40003.1744.HYFV3 - Fv3FK.V3SHV
 Consultar em <http://funarfen.com.br>
 Reconheço PM GENELHANCA a(s) firma(s) de
 FABIO TRIERWELLEX FAIGLE, LINCON LOPES
 FERRAZ,
 Fazenda Rio Grande-RS, 13/04/2018
 Em test. LUIZ CARLOS APARECIDO DE SOUZA
 PRESIDENTE



CPF 008.242.808-38
 Escrevente

FABIO TRIERWELLEX FAIGLE
 TABELIONATO DE NOTAS

FABIO TRIERWELLEX FAIGLE
 TABELIONATO DE NOTAS

Fabio Trierweller Faigle
 Contador
 CRC: 055265/O-2 PR
 CPF: 032.949.319-13

Lincon Lopes Ferraz
 Diretor
 CPF: 318.897.678-08

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ: 81.243.735/0001-48

NIRE: 41300071977

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE LEVANTADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	(47.551)	8.838	(47.551)	8.838
Resultado líquido do exercício				
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior				
Variação cambial sobre investimentos no exterior				
Crounal S.A.				
Informática Figueira S.A.	1.308	(295)	1.308	(295)
Positivo Inf. da Bahia/PBG Rwanda Limited	(5.217)	(15.987)	(5.217)	(15.987)
Hedges de Fluxo de Caixa	(159)	(637)	(159)	(637)
Valor justo de instrumento financeiro de hedge de fluxo de caixa	(2.855)	(8.470)	(2.855)	(8.470)
	(6.923)	(25.389)	(6.923)	(25.389)
Resultado abrangente do exercício	(54.474)	(16.551)	(54.474)	(16.551)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



TABELAÇÃO DE NOTAS FAZENDA RIO GRANDE
Marcelo Rodrigo Martins Silverio
Tabelião - Tel.: (41) 3627-1364
Selo: JUBA3.TJF0M.LVFV3 - FvcFK.4yP3N
Consultar em <http://funarpen.com.br>

Reconhecido por SEHELHANTA a(s) firma(s) de
FABIO TRIENWEILER FAIGLE, LINCOLN LOPES
FERRAZ,
Fazenda Rio Grande - PR, 13/04/2018

Em test.:
LUIZ CARLOS APARECIDO DE SOUZA
ESCREVENTE

CPF 008.242.809-38
Escriturante
Imy Galvão Aparecido de Souza



Fabio Trienweiler Faigle
Contador
CRC: 055265/O-2 PR
CPF: 032.949.319-13



Lincoln Lopes Ferraz
Diretor
CPF: 318.897.678-08

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ: 81.243.735/0001-48
NIRE: 41300071977
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LEVANTADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reserva de capital				Reserva de lucros				Ações em tesouraria	Lucro (Prejuízo) do Período	Total do patrimônio líquido
		Reserva de incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva legal			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	389.000	118.305	2.896	(12.785)	(12.785)	116.365	81	-	-	(37.487)	-	576.395
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.838	8.838
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedges de fluxo de caixa	-	-	-	(8.470)	(8.470)	-	-	-	-	-	-	(8.470)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	(16.919)	(16.919)	-	-	-	-	-	-	(16.919)
Total de resultado abrangente	-	-	-	(25.389)	(25.389)	-	-	-	-	-	-	(25.389)
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	(2.276)	-	-	(3.306)	-	-	-	7.193	-	3.887
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.210)	(2.210)
Apropriação do lucro do exercício	-	-	-	-	-	8.628	-	-	-	-	(6.628)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	389.000	118.305	620	(38.174)	(38.174)	119.687	81	-	-	(30.274)	-	559.245
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.551)	(47.551)
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedges de fluxo de caixa	-	-	-	(2.855)	(2.855)	-	-	-	-	-	-	(2.855)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	(4.068)	(4.068)	-	-	-	-	-	-	(4.068)
Total de resultado abrangente	-	-	-	(6.923)	(6.923)	-	-	-	-	-	-	(6.923)
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	(413)	-	-	(5.148)	-	-	-	7.165	-	1.604
Apropriação do Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(47.551)	-	-	-	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	389.000	118.305	207	(45.027)	(45.027)	66.988	81	-	-	(23.109)	-	506.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



TABELIONATO DE NOTAS FAZENDA RIO GRANDE
Marcelo Rodolfo Martins Silverio
Tabelião - Tel.: (41) 3627-1364
Selo: HUN3-ueuM.R2fv3 - Fv8FK.f4p2R
Consultar em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
FABIO TRIENWEILER FAGLE, LINCON LOPES
FERRAZ
Fazenda Rio Grande-RS, 13/04/2018
Em test. *[Assinatura]* da verdade
LUIZ CARLOS APARECIDO DE SOUZA
ESCRIVÃO

[Assinatura]
Fábio Trienweiler Faglie
Contador
CRC: 055285/O-2 PR
CPF: 032.949.319-13

[Assinatura]
Lincon Lopes Ferraz
Diretor
CPF: 618.897.678-08

TABELIONATO DE
RIO GRANDE
FARM. RECONHECIDA
FAZ. RIO GRANDE

em 13/04/2018
CPF: 032.949.319-13
CPF: 618.897.678-08

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ: 81.243.735/0001-48

NIRE: 41300071977

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA LEVANTADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(47.551)	8.838	(47.551)	8.838
Reconciliação do (prejuízo) lucro líquido com o caixa (aplicado) obtido nas operações:				
Depreciação e amortização	24	31.588	49.870	31.999
Equivalência patrimonial	11 e 12	9.596	(23.820)	6.125
(Ganho)/perda no valor justo		(38.532)	55.549	(38.532)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	(1.064)	(3.728)	(1.064)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	7.923	5.993	7.923
Provisão (Reversão) para perdas de estoques, líquida		14.595	3.170	15.457
Stock options	32	316	329	316
Encargos sobre empréstimos	26	77.570	101.080	77.927
Variação cambial		(36.040)	(106.199)	(34.370)
Juros sobre impostos		-	(11.559)	-
Imposto de renda e contribuição social (Corrente e Diferido)	20	3.516	826	828
	21.917	80.349	21.794	85.889
(Aumento) diminuição de ativos:				
Contas a receber		18.069	(23.783)	11.117
Estoques		(29.614)	(82.783)	(67.733)
Impostos a recuperar		23.990	79.940	21.791
Adiantamentos diversos		(7.452)	(4.759)	(7.079)
Outros créditos		317	280	1.529
Aumento (diminuição) de passivos:				
Fornecedores		101.380	83.917	130.919
Provisões e receitas diferidas		13.085	(21.007)	13.085
Obrigações tributárias		25.188	8.313	25.822
Imposto de renda e contribuição social, pagos		-	(48)	(2)
Outras contas a pagar		(4.134)	3.143	(3.054)
Pagamento de juros sobre empréstimos		(34.817)	(43.596)	(35.563)
	106.012	(335)	90.786	(16.914)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	127.929	80.014	112.580	68.975
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Integralização de capital - investida	11	(26.435)	(300)	-
Aquisição de imobilizado	13	(7.666)	(9.977)	(15.759)
Aumento do intangível	14	(25.519)	(19.873)	(27.300)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(59.620)	(30.150)	(43.059)	(36.615)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de dividendos		(2.209)	(2.209)	-
Captação de empréstimos		647.266	653.059	647.266
Captação de empréstimos junto ao BNDES		20.318	28.727	20.318
Amortização de empréstimos		(790.811)	(802.349)	(813.339)
Partes relacionadas		(25.471)	(2.089)	(13.684)
Stock Options	32	1.286	1.282	1.282
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(149.621)	(121.370)	(160.362)	(104.868)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	291	(4.002)
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	(81.312)	(71.506)	(90.550)	(76.510)
Caixa e equivalentes no início do exercício	459.175	530.681	478.376	554.886
Caixa e equivalentes no final do exercício	377.863	459.175	387.826	478.376
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	(81.312)	(71.506)	(90.550)	(76.510)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



TABELIONATO DE NOTAS FAZENDA RIO GRANDE
Marcelo Rodrigo Martins Silverio
Tabelião - Tel.: (41) 3627-1364

Selo: 4VoA3.TYjdM.b0fv3 - FvdFK.VK8An
Consultar em <http://funarfen.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
FABIO TRIERWEILER FAIGLE, LINCOM LOPES
FERRAZ,
Fazenda Rio Grande - PR, 13/04/2018

Em test., da verdade:
LUIZ CARLOS APARECIDO DE SOUZA
ESCRIVENTE

Luiz Carlos Aparecido de Souza
CPF: 008.242.809-38
Escrivente

TABELIONATO DE
FIRMA RECONHECIDA
FAZ. RIO GRANDE

Fabio Trieweller Faigle
Contador
CRC: 055265/O-2 PR
CPF: 032.949.319-13

Lincom Lopes Ferraz
Diretor
CPF: 318.897.578-08

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ: 81.243.735/0001-48

NIRE: 41300071977

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO LEVANTADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	2.177.748	1.857.077	2.185.877	1.941.362
Devoluções e descontos comerciais	(84.318)	(84.988)	(84.055)	(84.988)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.923)	(5.993)	(7.923)	(5.993)
Outras receitas	1.320	7.139	1.320	9.407
	2.086.827	1.803.235	2.095.219	1.859.788
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.338.297)	(1.076.917)	(1.340.154)	(1.130.678)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(185.453)	(160.365)	(188.512)	(161.317)
Comissões	(28.014)	(20.684)	(28.013)	(20.683)
Marketing	(89.091)	(98.761)	(89.109)	(98.761)
	(1.640.855)	(1.356.727)	(1.645.788)	(1.411.439)
Valor adicionado bruto	445.972	446.508	449.431	448.349
Depreciação e amortização	(31.588)	(49.870)	(31.999)	(49.870)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	414.384	396.638	417.432	398.479
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(9.596)	23.820	(6.125)	23.482
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	93.991	165.809	97.246	165.809
	84.395	189.629	91.121	189.291
Valor adicionado total a distribuir	498.779	586.267	508.553	587.770
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	103.221	108.649	106.585	108.649
Benefícios	16.614	16.667	18.360	16.667
FGTS	11.262	12.619	11.398	12.619
	131.097	137.935	136.343	137.935
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	148.640	138.915	148.976	138.917
Estaduais	77.599	11.704	78.071	11.704
Municipais	802	739	842	739
	227.041	151.358	227.889	151.360
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	125.142	143.054	126.724	144.569
Aluguéis	11.225	12.219	11.568	12.219
Variação cambial	51.825	132.863	53.580	132.849
	188.192	288.136	191.872	289.637
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	2.210	-	2.210
(Prejuízos) Lucros retidos	(47.551)	6.628	(47.551)	6.628
	(47.551)	8.838	(47.551)	8.838
Valor adicionado total distribuído	498.779	586.267	508.553	587.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fabio Trieweller Faigle
Contador
CRC: 055265/O-2 PR
CPF: 032.949.319-13

Lincon Lopes Ferraz
Diretor
CPF: 318.897.678-08

Reconheço a(s) firma(s) de
FABIO TRIERWEILER FAIGLE, LINCON LOPES
FERRAZ,
Fazenda Rio Grande - PR, 13/04/2018
Em test. da verdade:
LUIZ CARLOS APARECIDO DE SOUZA
ESCRIVÃO

Luiz Carlos Aparecido de Souza
CPF: 008.242.809-38
Escrivão

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/04/2018
SOB NÚMERO: 20182688003
Protocolo: 18/268800-3, DE 13/04/2018

Empresa: 41 3 0007197 7
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O ano de 2017 se caracterizou pela melhora do quadro econômico, repercutindo favoravelmente na demanda dos mercados em que a companhia atua. A empresa capturou o bom momento e encerrou o período com crescimento de 12,6% do faturamento, que totalizou R\$ 2,2 bilhões. Em paralelo, a companhia realizou uma forte geração de caixa, o que proporcionou um dos menores patamares de alavancagem de sua história. E 2017 ficará registrado como o ano em que foi alterada a denominação social para Positivo Tecnologia, enfatizando o momento de diversificação dos negócios da companhia, que hoje atua com um variado portfólio de marcas, segmentos de negócio e geografias. O leve crescimento do PIB e a melhora dos indicadores de consumo representaram o fim do mais duro período de recessão da história do país. O cenário político, entretanto, manteve-se turbulento, causando momentos de forte instabilidade nos mercados financeiros. A disciplina da companhia na gestão da liquidez e da exposição cambial se provou mais uma vez fundamental para proporcionar tranquilidade à organização e suas partes interessadas. Os números do mercado de computadores evidenciam o momento de retomada: segundo a IDC (*International Data Corporation*), as vendas de PCs no Brasil cresceram 15,6% em 2017. Houve crescimento em todos os meses, quando comparados em base anual. A trajetória deste crescimento foi ascendente, tendo acelerado para 25,5% no segundo semestre. O crescimento significa uma recuperação após as fortes perdas registradas entre 2014 e 2016, quando o mercado doméstico contraiu 67,8%, no contexto da crise do crédito e do consumo. O mercado brasileiro de celulares, que não havia diminuído tanto com a crise, cresceu a taxas mais modestas. Segundo a IDC, o avanço em 2017 foi de 4,9%, tracionado pela categoria smartphones, que cresceu 9,7%. O destaque foi o acirramento do ambiente competitivo a partir do segundo trimestre, quando as principais fabricantes travaram uma forte guerra de preços. Este movimento fez com que as três principais marcas concentrassem 79% do mercado em 2017, de acordo com a IDC. Os demais competidores tiveram seu espaço limitado a apenas 21%, uma redução de 8 p.p., resultando em forte queda das vendas das marcas de menor volume.

DESTAQUES DE 2017

- ✓ **Crescimento de 15,2% nas vendas de PCs no mercado brasileiro em 2017, sendo:**
 - ✓ +12,0% no Varejo;
 - ✓ +25,0% no Governo; e
 - ✓ +14,6% no Corporativo.
- ✓ **Ganho de 5,2 p.p. de *market share* em PCs¹ no Brasil no 4T17, alcançando 17,8%;**
- ✓ **Em celulares, ambiente altamente competitivo** com concentração de vendas nas três maiores fabricantes;
- ✓ **Receita líquida de R\$ 1,9 bilhão em 2017 (+9,8%);**
- ✓ **Redução das despesas gerais e administrativas recorrentes em 40,6% em 2017;**
- ✓ **EBITDA Ajustado de R\$ 122,9 milhões, com margem de 6,4%;**
- ✓ **Lucro líquido ajustado² de R\$ 4,4 milhões em 2017;**
- ✓ **Forte redução do endividamento líquido para R\$ 140,1 milhões (-33,2%)** no fim de 2017, o menor fechamento anual desde 2009, com relação **Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de apenas 1,1x.**

¹ Fonte: IDC.

² Os dados de custo, despesas, lucro e EBITDA de 2017 foram ajustados expurgando-se os lançamentos não recorrentes no montante de R\$ 52,0 milhões, referentes à provisão para estoques obsoletos de um projeto de governo (R\$ 20,8 milhões), adesão a programas de parcelamento fiscal (R\$ 22,9 milhões), fechamento de uma fábrica na Argentina (R\$ 5,4 milhões) e custos com a migração da produção de placas-mãe e baterias de Curitiba para Manaus (R\$ 2,9 milhões).

1 - DESTAQUES OPERACIONAIS - VOLUME DE VENDAS

No ano de 2017, o volume consolidado de dispositivos vendidos sob a marca Positivo e Positivo BGH atingiu **3,1 milhões de unidades**. As vendas de computadores e tablets registraram 1,5 milhão de equipamentos, aumento de 24,7% em relação a 2016, com destaque para o volume de vendas no Brasil que foi 15,2% superior ano contra ano.

As vendas de celulares atingiram 1,7 milhões de aparelhos, redução de 26%, motivado pelo acirramento do ambiente competitivo a partir do segundo semestre.

Volume de Vendas (em unidades)	2016	2017	Var% 2017 X 2016
Telefones Celulares	2.329.922	1.725.264	-26,0
Smartphones	1.501.463	1.130.342	-24,7
Feature Phones	828.459	594.922	-28,2
Tablets	162.655	419.687	158,0
Positivo	52.786	16.409	-68,9
Positivo BGH	109.869	403.278	267,1
PCs	1.008.934	1.041.704	3,2
Desktops	259.959	248.738	-4,3
Notebooks	748.975	792.966	5,9
PCs - por canal	1.008.934	1.041.704	3,2
Varejo	515.845	561.334	8,8
Governo	409.734	384.829	-6,1
Corporativo	83.355	95.541	14,6
PCs - por marca	1.008.934	1.041.704	3,2
Positivo	687.742	792.445	15,2
Positivo BGH	321.192	249.259	-22,4

2 - OPERAÇÕES

A produção de PCs e smartphones da companhia é realizada em sua planta industrial em Manaus (AM), detendo as principais certificações de qualidade aplicáveis na indústria. Durante o ano de 2017, a companhia concluiu a migração da produção de placas-mãe e de baterias para Manaus.

A sede administrativa da companhia está instalada em Curitiba (PR), cidade em que a companhia foi fundada.

3 - DESEMPENHO FINANCEIRO

Os comentários apresentados a seguir se referem aos números consolidados da Positivo Tecnologia S.A.. Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

No acumulado do ano, a Positivo Tecnologia registrou receita líquida consolidada de R\$ 1,9 bilhão, crescimento de 9,6% em relação a 2016. Acompanhando a dinâmica favorável da economia brasileira, a companhia capturou a expansão do mercado de PCs, tendo registrado volume de 792 mil computadores (+15,2%).

Diante deste cenário, a Positivo Tecnologia buscou capturar o crescimento da demanda por computadores, tendo registrado crescimento em volume de 15,2% em 2017, mantendo sua participação estável em 15,3%, segundo a IDC. As vendas tiveram maior concentração no fim do ano, devido a uma intensa agenda de entregas de projetos de governo. Considerando-se apenas o 4T17, a participação da companhia no mercado de PCs finalizou o ano em 17,8%, crescimento de 5,2 p.p. em relação ao 4T16.

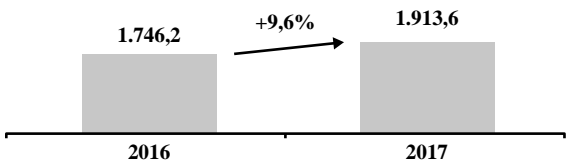
No mercado de celulares, as vendas da Positivo Tecnologia foram afetadas pela guerra de preços praticada pelas marcas líderes. A companhia optou por não acompanhar integralmente a queda de preços praticada pelos concorrentes e viu sua participação reduzir 1,8 p.p. para 3,0% em 2017. De forma a diversificar a atuação na categoria, a Positivo Tecnologia realizou os preparativos para a entrada em 2018 nos mercados de celulares da Argentina e do Chile.

Em 2017, a companhia foi uma das principais fornecedoras do programa de migração do sinal analógico para o digital da televisão aberta do Brasil, promovido pela Seja Digital, um consórcio formado por operadoras de telefonia. O projeto promoveu a distribuição gratuita de decodificadores para a população de baixa renda cadastrada em programas sociais do governo federal. O faturamento do projeto totalizou R\$ 294,2 milhões e foi realizado a partir de Curitiba, em um arranjo tributário que, embora reduzisse a margem contábil, proporcionou a monetização de créditos tributários de ICMS, resultando em uma geração de caixa de R\$ 45,8 milhões no ano.

As operações em *joint venture* com o grupo argentino BGH registraram forte expansão em 2017. Foram vendidos 652,6 mil PCs e tablets sob a marca Positivo BGH, crescimento de 26,5%. O avanço decorreu de maiores vendas na África, especialmente em função de entregas de tablets educacionais para um projeto no Quênia, além de novos projetos educacionais na Argentina.

Na frente operacional, a Positivo Tecnologia concluiu em 2017 a migração da totalidade de sua produção para Manaus. A última etapa deste projeto consistiu na transferência das linhas robotizadas de produção de placas-mãe e baterias para uma nova fábrica na Zona Franca, inaugurada em setembro. Em poucos meses após o lançamento, esta unidade encerrou o ano com indicadores de eficiência

Receita Líquida Anual (R\$ milhões)



O custo do produto vendido (CPV Ajustado) correspondeu a 70,7% da receita líquida, aumento de 1,2 p.p. em relação a 2016.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 511,6 milhões, correspondente a 26,7% da receita líquida, redução de 3,1 p.p. em relação a 2016. A variação foi causada pela diminuição das despesas com marketing, devido ao menor desembolso com verbas de propaganda cooperada e rebate proporcionado pela menor proporção de vendas no varejo.

	2016	2017	Var% 2017 X 2016
Despesas Operacionais (R\$ milhões)			
Despesas com Vendas	(308,2)	(332,0)	7,7
Despesas Gerais e Administrativas	(101,8)	(99,1)	-2,7
Resultado Financeiro	(111,6)	(83,1)	-25,6
Outras Receitas (Despesas)	1,4	2,6	88,1
Total	(520,2)	(511,6)	67,6

Em 2017, o resultado financeiro ficou negativo em R\$ 83,1 milhões, melhora de 25,6% em relação ao ano de 2016. A melhora no resultado é decorrente principalmente da queda dos juros básicos no Brasil, além de menores perdas com variação cambial.

No ano de 2017, a companhia alcançou EBITDA (*“Earnings before interests, taxes, depreciation and amortization”*; lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado de R\$ 122,9 milhões, redução de 14,5% em relação a 2016, acompanhado de margem EBITDA de 6,4% (1,8 p.p.). Para os ajustes, foram expurgados os efeitos de despesas extraordinárias decorrentes de parcelamentos fiscais, previsão de estoques obsoletos, despesas de fechamento de fábrica na Argentina e da migração da produção de placas de Curitiba para Manaus. O múltiplo da relação entre EBITDA ajustado e Dívida Líquida foi de 1,1x.

EBITDA (R\$ milhões)	2016	2017	Var% 2017 X 2016
Lucro (Prejuízo) Líquido sem ajustes	8,8	(47,6)	-637,7
Depreciação e Amortização	(49,9)	(31,9)	-35,9
Resultado Financeiro	(111,6)	(83,1)	-25,6
Equivalência Patrimonial	23,5	(6,1)	-126,1
IR e Contribuição Social	(0,8)	(3,6)	331,0
EBITDA sem ajustes	147,7	77,1	-47,8

Conciliação de EBITDA Ajustado:			
(1) Provisão para estoques obsoletos	0,0	20,8	N/A
(2) Parcelamentos fiscais	0,0	19,6	N/A
(3) Fechamento de fábrica - Argentina	0,0	5,4	N/A
(4) Migração da produção para Manaus	4,1	2,9	-28,9
(5) Efeito caixa do hedge dos insumos	(44,3)	(23,4)	-47,2
(6) EBITDA joint venture Positivo BGH	36,2	20,3	-43,9
EBITDA Ajustado	143,7	122,9	-14,5
Margem EBITDA Ajustada (%)	8,2	6,4	-1,8 p.p.
Múltiplo			
Dívida Líquida - fim de período	220,2	140,1	
EBITDA Ajustado - últimos 12 meses	143,6	122,9	
Múltiplo Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	1,5x	1,1x	

4 - DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Positivo Tecnologia determina que, pelo menos, 25% do lucro líquido contábil da companhia deve ser distribuído como dividendo anual obrigatório. Em 15/12/2017, foram pagos proventos em dinheiro no valor líquido de R\$ 2,2 milhões referentes aos resultados de 2016.

estabilizados. Com este novo arranjo, a companhia espera obter ganhos com a captura de maior sinergia em suas plantas industriais, agora unificadas em Manaus. 2017 também foi um ano de aceleração de investimentos em novos negócios. A subsidiária Hi Technologies realizou em julho o lançamento do serviço de telemedicina Hilab, que será capaz de realizar exames laboratoriais para gravidez, colesterol, HIV, vírus Zika, Chikunguya, entre outros. O serviço associa internet das coisas e inteligência artificial para acelerar o diagnóstico, que é feito a partir de gotas de sangue do dedo do paciente, com resultados obtidos em minutos. Outra iniciativa relevante foi o desenvolvimento de um drone para pulverização agrícola, que iniciou 2018 em fase final de testes para seu lançamento ao mercado.

O resultado líquido do ano foi prejudicado pelo reconhecimento de despesas não recorrentes no montante de R\$ 52 milhões, relativas principalmente a provisões para perdas com estoques de um projeto de governo e parcelamentos fiscais, dada a adesão ao PERT/REFIS. Cumpre mencionar que, expurgando esses efeitos, a companhia teria registrado um lucro líquido de R\$ 4,4 milhões em 2017.

Por fim, 2017 será lembrado pela forte queda do endividamento líquido, que encerrou o ano em apenas R\$ 140 milhões, uma redução de R\$ 80 milhões. Sendo assim, a relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado reduziu para apenas 1,1x, uma das menores alavancagens da história da companhia. A redução do endividamento em conjunto com a rápida queda dos juros básicos na economia brasileira deverá representar um ganho relevante para 2018, dado que o custo financeiro tem sido um dos principais ofensores do nosso resultado.

Encerramos 2017 otimistas com as perspectivas da companhia e dos setores em que a Positivo Tecnologia atua. Acreditamos no enorme potencial dos projetos de diversificação de negócios e em suas sinergias com as operações tradicionais, sobretudo em um contexto de maior solidez financeira da companhia e de uma conjuntura econômica mais estabilizada no Brasil. Contamos com confiança de nossos fornecedores, a preferência de nossos clientes e, principalmente, com a dedicação de nossa equipe na realização destes objetivos. A todos, os nossos agradecimentos.

Fernando Soares Mitri Presidente do Conselho de Administração	Hélio Bruck Rotenberg Diretor-Presidente
---	--

5 - INVESTIMENTOS

Em 2017, a companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 43,1 milhões, compreendendo o desenvolvimento de soluções em tecnologia educacional, adequação da produção de placas-mãe e baterias em Manaus, aprimoramentos do sistema ERP e desembolsos gerais de manutenção de infraestrutura.

6 - COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2017, a Positivo Tecnologia contava com 2.092 colaboradores, alocados em sua maior parte na sede administrativa localizada em Curitiba (PR), e em Manaus (AM) onde se encontra a unidade fabril.

7 - RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, foram pagos R\$30 mil referentes a serviços de revisão fiscal, conforme detalhamento a seguir:

Data da contratação	Período de realização	Natureza
02/05/2017	Junho de 2017	Analisar a consistência (externas e internas) das informações inseridas nos blocos e registros da ECD validado pelo PVA - Programa Validador da Receita Federal do Brasil.
02/05/2017	Junho de 2017	Analisar a consistência (externas e internas) das informações inseridas nos blocos e registros do FCONT validado pelo PVA - Programa Validador da Receita Federal do Brasil.
02/05/2017	Junho de 2017	Analisar a consistência (externas e internas) das informações inseridas nos blocos e registros da ECF validado pelo PVA - Programa Validador da Receita Federal do Brasil.

Este montante correspondeu a 7,9% do total de honorários pagos à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelo serviço de auditoria das demonstrações financeiras.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

A seguir, apresentamos um resumo da justificativa apresentada pelos auditores independentes à Administração, a respeito de seu entendimento de que a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa:

“Estes serviços não afetaram as restrições da Instrução CVM 381/03, pois se referem a serviços de revisão de qualidade (compliance). Os procedimentos executados não afetam a independência e objetividade necessárias aos serviços de auditoria externa”.

8 - CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

9 - DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Hélio Bruck Rotenberg Presidente/Membro do Conselho de Administração	
Carlos Augusto Moreira Vice-Presidente Executivo	
Lincon Lopes Ferraz Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	5	377.863	459.175	387.826	478.376	Fornecedores	15	450.086	333.604	486.141	339.852
Instrumentos financeiros derivativos	31	8.484	644	8.484	644	Empréstimos e financiamentos	16	439.705	514.592	439.705	537.508
Contas a receber	6	267.891	286.878	276.246	288.281	Instrumentos financeiros derivativos	31	—	27.837	—	27.837
Estoques	7	467.577	468.391	506.539	468.391	Salários e encargos a pagar		19.668	22.919	20.122	22.919
Partes relacionadas	10	23.536	11.187	12.383	12.823	Provisões	17	84.429	85.676	84.429	85.676
Impostos a recuperar	8	139.232	100.118	142.158	100.863	Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	5.387	4.598	5.387	4.598
Adiantamentos diversos		50.613	35.548	53.944	40.945	Tributos a recolher	18	35.317	19.666	35.970	19.685
Outros créditos	9	23.578	25.145	23.752	25.145	Dividendos a pagar	22.e	3	2.212	3	2.212
		1.358.774	1.387.086	1.411.332	1.415.468	Receita diferida	8 e 19	10.115	9.806	10.115	9.806
NÃO CIRCULANTE											
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas	10	4.592	2.714	3.814	17.938
Contas a receber	6	262	7.267	262	7.267	Outras contas a pagar		4.008	4.098	5.096	4.565
Impostos a recuperar	8	75.568	138.672	75.586	138.672			1.053.310	1.027.722	1.090.782	1.072.596
Tributos diferidos	20	66.731	70.247	66.731	70.247	NÃO CIRCULANTE					
Outros créditos	9	6.990	15.275	7.082	15.365	Empréstimos e financiamentos	16	91.602	140.718	91.602	140.718
		149.551	231.461	149.661	231.551	Provisões	17	9.216	11.807	9.216	11.807
Investimentos em controladas	11	69.286	16.452	—	—	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	33.092	34.945	33.092	34.945
Investimento em empreendimento controlado em conjunto (“joint venture”)	12	21.443	46.505	53.604	65.186	Passivo a descoberto em controladas	12	459	458	459	458
Imobilizado	13	49.403	51.638	57.092	51.638	Outras contas a pagar		2.331	3.124	2.333	3.124
Intangível	14	47.928	44.877	62.170	59.050			136.700	191.052	136.702	191.052
		188.060	159.472	172.866	175.874	TOTAL DO PASSIVO					
		337.611	390.933	322.527	407.425	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
RECEITA LÍQUIDA	23	1.903.447	1.691.730	1.913.608	1.746.015
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(1.408.903)	(1.185.848)	(1.420.259)	(1.239.609)
LUCRO BRUTO		494.544	505.882	493.349	506.406
Despesas com vendas	24	(332.112)	(308.169)	(332.140)	(308.169)
Despesas gerais e administrativas	24	(96.808)	(103.127)	(98.920)	(101.809)
Outras receitas (Despesas) operacionais líquidas		(17.087)	1.365	(17.087)	1.365
Resultado da equivalência patrimonial	11 e 12	(9.596)	23.820	(6.125)	23.482
		(455.603)	(386.111)	(454.272)	(385.131)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		38.941	119.771	39.077	121.275
Receitas financeiras	26	63.246	90.967	65.135	90.967
Despesas financeiras	26	(125.142)	(143.054)	(126.720)	(144.556)
Variação cambial, líquida	26	(21.080)	(58.020)	(21.479)	(58.020)
		(82.976)	(110.107)	(83.064)	(111.609)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		(44.035)	9.664	(43.987)	9.666
Provisão para imposto de renda e contribuição social	20	–	–	(48)	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(3.516)	(826)	(3.516)	(826)
		(3.516)	(826)	(3.564)	(828)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(47.551)	8.838	(47.551)	8.838
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO - RS					
Básico	28	(0,5524)	0,1035	N/A	N/A
Diluído	28	(0,5475)	0,1033	N/A	N/A

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado líquido do exercício		(47.551)	8.838	(47.551)	8.838
Outros resultados abrangentes					
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior					
Variação cambial sobre investimentos no exterior					
Crounal S.A.	11	1.308	(295)	1.308	(295)
Informática Figueira S.A.	12	(5.217)	(15.987)	(5.217)	(15.987)
Positivo Inf. da Bahia/PBG Rwanda Limited	11	(159)	(637)	(159)	(637)
Hedges de Fluxo de Caixa					
Valor justo de instrumento financeiro de hedge de fluxo de caixa	31.c	(2.855)	(8.470)	(2.855)	(8.470)
		(6.923)	(25.389)	(6.923)	(25.389)
Resultado abrangente do exercício		(54.474)	(16.551)	(54.474)	(16.551)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	2.177.748	1.887.077	2.185.877	1.941.362
Devoluções e descontos comerciais	(84.318)	(84.988)	(84.055)	(84.988)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.923)	(5.993)	(7.923)	(5.993)
Outras receitas	1.320	7.139	1.320	9.407
	2.086.827	1.803.235	2.095.219	1.859.788
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.338.297)	(1.076.917)	(1.340.154)	(1.130.678)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(185.453)	(160.365)	(188.512)	(161.317)
Comissões	(28.014)	(20.684)	(28.013)	(20.683)
Marketing	(89.091)	(98.761)	(89.109)	(98.761)
	(1.640.855)	(1.356.727)	(1.645.788)	(1.411.439)
Valor adicionado bruto	445.972	446.508	449.431	448.349
Depreciação e amortização	(31.588)	(49.870)	(31.999)	(49.870)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade				
	414.384	396.638	417.432	398.479
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(9.596)	23.820	(6.125)	23.482
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	93.991	165.809	97.246	165.809
	84.395	189.629	91.121	189.291
Valor adicionado total a distribuir	498.779	586.267	508.553	587.770
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	103.221	108.649	106.585	108.649
Benefícios	16.614	16.667	18.360	16.667
FGTS	11.262	12.619	11.398	12.619
	131.097	137.935	136.343	137.935
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	148.640	138.915	148.976	138.917
Estaduais	77.599	11.704	78.071	11.704
Municipais	802	739	842	739
	227.041	151.358	227.889	151.360
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	125.142	143.054	126.724	144.569
Aluguéis	11.225	12.219	11.568	12.219
Variação cambial	51.825	132.863	53.580	132.849
	188.192	288.136	191.872	289.637
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	–	2.210	–	2.210
(Prejuízos) Lucros retidos	(47.551)	6.628	(47.551)	6.628
	(47.551)	8.838	(47.551)	8.838
Valor adicionado total distribuído	498.779	586.267	508.553	587.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Positivo Tecnologia S.A.**

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	Nota						Nota				
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						Imposto de renda e contribuição social, pagos		-	-	(48)	(2)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(47.551)	8.838	(47.551)	8.838	Outras contas a pagar		(4.134)	3.143	(3.054)	20.101
Reconciliação do (prejuízo) lucro líquido com o caixa (aplicado) obtido nas operações:						Pagamento de juros sobre empréstimos		(34.817)	(43.596)	(35.563)	(54.300)
Depreciação e amortização		31.588	49.870	31.999	49.870	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		127.929	80.014	112.580	68.975
Equivalência patrimonial	11 e 12	9.596	(23.820)	6.125	(23.482)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
(Ganho)/perda no valor justo		(38.532)	55.549	(38.532)	55.549	Integralização de capital - investida	11	(26.435)	(300)	-	(6.765)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	(1.064)	(3.728)	(1.064)	(4.028)	Aquisição de imobilizado	13	(7.666)	(9.977)	(15.759)	(9.977)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	7.923	5.993	7.923	5.993	Aumento do intangível	14	(25.519)	(19.873)	(27.300)	(19.873)
Provisão (Reversão) para perdas de estoques, líquida		14.595	3.170	15.457	3.170	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(59.620)	(30.150)	(43.059)	(36.615)
Stock options	32	316	329	316	329	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Encargos sobre empréstimos	26	77.570	101.080	77.927	102.581	Pagamento de dividendos		(2.209)	-	(2.209)	-
Variação cambial		(36.040)	(106.199)	(34.370)	(102.200)	Captação de empréstimos		647.266	653.059	647.266	653.059
Juros sobre impostos		-	(11.559)	-	(11.559)	Captação de empréstimos junto ao BNDES		20.318	28.727	20.318	28.727
Imposto de renda e contribuição social (Correntes e Diferidos)	20	3.516	826	3.564	828	Amortização de empréstimos		(790.811)	(802.349)	(813.339)	(802.349)
		21.917	80.349	21.794	85.889	Partes relacionadas		(25.471)	(2.089)	(13.684)	14.413
(Aumento) diminuição de ativos:						Stock options	32	1.286	1.282	1.286	1.282
Contas a receber		18.069	(23.783)	11.117	(23.757)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(149.621)	(121.370)	(160.362)	(104.868)
Estoques		(29.614)	(82.783)	(67.733)	(82.513)	Variação cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	291	(4.002)
Impostos a recuperar		23.990	79.940	21.791	80.095	REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO					
Adiantamentos diversos		(7.452)	(4.759)	(7.079)	(8.249)	Caixa e equivalentes no início do exercício		459.175	530.681	478.376	554.886
Outros créditos		317	280	1.529	44	Caixa e equivalentes no final do exercício		377.863	459.175	387.826	478.376
Aumento (diminuição) de passivos:						REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		(81.312)	(71.506)	(90.550)	(76.510)
Fornecedores		101.380	83.917	130.919	65.763						
Provisões e receitas diferidas		13.085	(21.007)	13.085	(22.373)						
Obrigações tributárias		25.188	8.313	25.822	8.277						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora e Consolidado										
		Reserva de capital				Reserva de lucros				
	Nota	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Ações em tesouraria	Lucro (Prejuízo) do exercício	Total do patrimônio líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		389.000	118.305	2.896	(12.785)	116.365	81	(37.467)	—	576.395
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	8.838	8.838
Outros resultados abrangentes:										
Hedges de fluxo de caixa					(8.470)					(8.470)
Ajuste acumulado de conversão	11 e 12	—	—	—	(16.919)	—	—	—	—	(16.919)
Total de resultado abrangente		—	—	—	(25.389)	—	—	—	8.838	(16.551)
Opções outorgadas reconhecidas				(2.276)		(3.306)		7.193		1.611
Dividendo obrigatório		—	—	—	—	—	—	—	(2.210)	(2.210)
Apropriação do lucro do exercício	22.c	—	—	—	—	6.628	—	—	(6.628)	—
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		389.000	118.305	620	(38.174)	119.687	81	(30.274)	—	559.245
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		389.000	118.305	620	(38.174)	119.687	81	(30.274)	—	559.245
Prejuízo líquido do período		—	—	—	—	—	—	—	(47.551)	(47.551)
Outros resultados abrangentes:										
Hedges de fluxo de caixa	31.c	—	—	—	(2.855)	—	—	—	—	(2.855)
Ajuste acumulado de conversão	11 e 12	—	—	—	(4.068)	—	—	—	—	(4.068)
Total de resultado abrangente		—	—	—	(6.923)	—	—	—	(47.551)	(54.474)
Opções outorgadas reconhecidas	22.b e 32	—	—	(413)	—	(5.148)	—	7.165	—	1.604
Apropriação do prejuízo do exercício	22.f	—	—	—	—	(47.551)	—	—	47.551	—
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		389.000	118.305	207	(45.097)	66.988	81	(23.109)	—	506.375

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Positivo Tecnologia S.A. (“Companhia”), fundada em 1989, possui um parque tecnológico com uma unidade no município de Curitiba - PR, uma unidade no município de Ilhéus-BA e uma unidade em Manaus - AM. A Companhia possui ainda uma controlada direta em Ilhéus-BA, uma controlada indireta em São Paulo - SP, uma controlada indireta em Manaus-AM. Em dezembro de 2010, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Fueguina S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Crounal S.A., no Uruguai, controlada esta que em 2015 adquiriu 50% da Companhia PBG Uruguay S.A. (anteriormente denominada Musfer S.A.) também com sede no Uruguai. Em abril de 2012, a Companhia adquiriu a controlada direta Portal Mundo Positivo Ltda. Em maio de 2014, a Companhia adquiriu a controlada em conjunto BR Code Desenvolvimento de Software S.A. Em outubro de 2014, a Companhia constituiu a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited. Em janeiro de 2016, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da investida Hi Technologies S.A. (anteriormente denominada Hit Tecnologia em Saúde Ltda.). Em setembro de 2017 a companhia constituiu a controlada direta Positivo Argentina S.R.L. com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina. Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas. Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores, celulares, smartphones e softwares educacionais.

Emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2018.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ratificados pela CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que

requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Controladas Diretas		
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	100,00	100,00
Crounal S.A.	100,00	100,00
Positivo Argentina S.R.L.	100,00	—
Controladas Indiretas		
Investidas da Positivo Informática da Bahia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	100,00	100,00

(b) Empreendimento controlado em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da *joint venture* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Figueira S.A.	50,00	50,00
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	50,10	50,10
Hi Technologies S.A.	50,00	50,00
Investida da Positivo Informática da Bahia Ltda.		
PBG Rwanda Limited	50,00	50,00
Investida da Crounal S.A.		
PBG Uruguay S.A.	50,00	50,00

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 25 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos reportáveis da Companhia são varejo e governo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa

categoria são classificados como ativos circulantes. Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, exceto se for um derivativo que tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem: contas a receber de clientes, partes relacionadas, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios usados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao devedor uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação dos pagamentos pelos devedores;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
- O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e de câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas. As Notas 29 a 31 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o movimento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou “*impairment*”).

2.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.9. Imobilizado

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia, quando aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Benfeitorias s/imóvel locado	10 anos
Hardware	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações industriais	13 anos
Edificações	25 anos
Outros imobilizados	10 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Gastos com desenvolvimento - ativo intangível gerado internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.11. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Arrendamento**(a) A Companhia como arrendatária**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificadas como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificadas como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

(b) A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

2.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Subvenções governamentais

A Companhia goza de benefícios fiscais, os quais são caracterizados como subvenções governamentais, conforme mencionado na nota 8.

A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, decorrente da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- Mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Também mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento;

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, as subvenções governamentais da Companhia são reconhecidos no resultado na rubrica de impostos sobre vendas. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

2.16. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório e entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. Benefícios a empregados**(a) Remuneração com base em ações**

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e executivos da Companhia são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 32.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

(b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.20. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos ao comprador e outras deduções similares.

(a) Venda de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(b) Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório.

- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente. A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(a) Mensuração do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras, em especial os instrumentos financeiros derivativos.

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia envolve profissionais qualificados no processo de avaliação e mensuração dos valores justos de tais ativos e passivos. As informações sobre as técnicas de avaliação e as informações usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas nas notas explicativas nº 29 e nº 31.

(b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia possui uma grande concentração dos saldos a receber em poucos clientes, a avaliação da necessidade de provisão para perdas com créditos é realizada substancialmente através de análise individualizada.

(c) Realização dos estoques

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques, com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por giro lento de mercadorias ou realização com margem abaixo do valor contábil.

(d) Benefícios fiscais - ICMS

Conforme descrito na Nota 8, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Governo Estadual, sem amparo em convênio do Confaz. Todavia, os princípios da segurança jurídica e da moralidade administrativa, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia - que emitiram parecer sobre o tema, impõem considerar que, na eventualidade de serem declarados inválidos pelos tribunais pátrios, os órgãos concedentes têm adotado, historicamente, a providência de convalidá-los, não havendo, portanto, passivo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

(e) Impostos a recuperar - ICMS

Conforme descrito na Nota 8, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

(f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme descrito na Nota 20, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos tributos diferidos, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro tributável futuro.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO VIGENTES

A seguir são apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual, nem em exercícios anteriores:

- Alterações à IAS 7 (CPC 03): Iniciativa de divulgação;
- Alterações à IAS 12 (CPC 32): Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar; e
- Melhorias anuais: Ciclo de IFRS 2014-2016.

A partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018, os pronunciamentos contábeis CPC 47 - Receita de contratos com clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9) tornam-se efetivos. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas nessas demonstrações contábeis. Com base nas avaliações realizadas, os resultados da Companhia não apresentarão impactos relevantes na adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018.

- CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita.

- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, impairment, contabilidade de hedge e reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A partir de 01 de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil estará vigente, a qual não foi adotada nessas demonstrações financeiras e não será adotada antecipadamente, até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes à aplicação desse pronunciamento não foram estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados:



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil: introduz exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma estabelece o reconhecimento pelo arrendatário dos ativos e dos passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o seu prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo se manter a classificação dos contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17 - norma internacional equivalente.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Bancos	73.972	19.572	83.935	38.773
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	303.891	439.603	303.891	439.603
	<u>377.863</u>	<u>459.175</u>	<u>387.826</u>	<u>478.376</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as aplicações financeiras correspondem a operações compromissadas e de Certificação de Depósito Bancário - CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 78,48% (100,23% em 2016) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
A vencer	202.706	203.364	210.319	203.364
Vencidos até 30 dias	21.194	24.759	25.149	26.162
Vencidos de 31 a 60 dias	19.595	14.645	19.595	14.645
Vencidos de 61 a 90 dias	6.517	23.446	6.517	23.446
Vencidos de 91 a 180 dias	3.287	15.265	3.287	15.265
Vencidos de 181 a 360 dias	10.050	6.720	10.050	6.720
Vencidos há mais de 361 dias	40.072	34.401	40.072	34.401
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.763)	(25.533)	(31.763)	(25.533)
(-) Ajuste a valor presente	(3.505)	(2.922)	(6.718)	(2.922)
	<u>268.153</u>	<u>294.145</u>	<u>276.508</u>	<u>295.548</u>
Circulante	267.891	286.878	276.246	288.281
Não Circulante	262	7.267	262	7.267

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos saldos apresentados acima.

Os saldos vencidos decorrentes das vendas de mercadorias a órgãos públicos deve-se ao fato que os recebimentos dependem de processos internos de aprovação dos pagamentos pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 29.112 (R\$ 29.084 em 2016).

O período médio de crédito na venda de produtos é de 92 dias, exceto vendas a órgãos públicos em que o prazo pode chegar até 180 dias.

O critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 66% do montante a receber em 31 de dezembro de 2017, cerca de 76% em 31 de dezembro de 2016), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o saldo consolidado desta provisão totalizou R\$ 31.763 (R\$ 25.533 em 31 de dezembro de 2016).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo no início do exercício	25.533	23.423
Perdas reconhecidas	(1.693)	(3.883)
Constituição sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida	7.923	5.993
	<u>31.763</u>	<u>25.533</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Materiais	289.393	280.226	325.156	280.226
Produtos acabados	169.234	153.994	168.486	153.994
Importações em andamento	22.580	17.796	23.313	17.796
Adiantamentos a fornecedores	40.869	65.850	44.945	65.850
Provisão para perdas com estoques	(54.499)	(49.475)	(55.361)	(49.475)
	<u>467.577</u>	<u>468.391</u>	<u>506.539</u>	<u>468.391</u>

10. PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais:

	Controladora											
	Ativo			Passivo		Vendas e serviços			Compras e serviços			
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		
Circulante												
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	576	520	(a)	1	288	(f)	1.146	681	(a)	310	810	(f)
Positivo Educacional Ltda.	—	22	(a)	424	382	(i)	253	15	(a)	229	1.312	(i)
Editora Positivo Ltda.	479	2.794	(a/c)	87	254	(d)	4.999	8.907	(a/c)	1.551	110	(d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	116	169	(a)	—	5	(b)	26	31	(a)	1	2	(b)
Rosch Administração de Bens Ltda.	—	—		2.307	707	(e)	—	—		8.774	7.940	(e)
Positivo Informática da Bahia Ltda.	7	15	(j)	—	—		—	—		—	—	
Boreo Com. de Equipamentos Ltda.	3.869	3.867	(j)	—	—		—	—		—	—	
Informática Fueguina S.A.	218	218	(k)	9	9		—	2		—	—	
Portal Mundo Positivo Ltda.	—	—		536	536	(h)	—	—		—	—	
Crounal S.A.	—	—		333	533	(g)	—	—		—	—	
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	941	930	(l)	—	—		—	—		—	397	(l)
Hi Technologies S.A.	6.315	2.652	(m)	895	—	(m)	7	—		1.975	2.000	(m)
PBG Uruguay S.A.	89	—		—	—		—	—		—	—	
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	10.926	—		—	—		20.135	—	(g)	65.734	—	(h)
	<u>23.536</u>	<u>11.187</u>		<u>4.592</u>	<u>2.714</u>		<u>26.566</u>	<u>9.636</u>		<u>78.574</u>	<u>12.571</u>	



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado											
	Ativo			Passivo		Vendas e serviços			Compras e serviços			
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		
Circulante												
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	576	520	(a)	1	288	(f)	1.146	681	(a)	310	810	(f)
Positivo Educacional Ltda.	–	22	(a)	424	382	(i)	253	15	(a)	229	1.312	(i)
Editora Positivo Ltda.	479	2.794	(a/c)	87	254	(d)	4.999	8.907	(a/c)	1.551	110	(d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	116	169	(a)	–	5		26	31	(a)	1	2	(b)
Rosch Administração de Bens Ltda .	–	–		2.307	707	(e)	–	–		8.774	7.940	(e)
BR CodeDesenvolvimento de Software S.A.	941	930		–	–		–	–		–	397	(l)
PBG Rwanda Limited	–	1.906	(g)	–	1.890	(g)	–	20.558	(g)	–	–	(g)
Hi Technologies S.A.	6.315	2.652	(m)	895	–		–	–		1.975	2.000	(m)
PBG Uruguay S.A.	150	1.570		–	1.369		–	4.872		–	–	
Informática Fueguina S.A.	3.806	2.260	(k)	100	13.043		–	9.692	(k)	–	–	
	12.383	12.823		3.814	17.938		6.424	44.756		12.840	12.571	

As transações entre partes relacionadas acontecem em condições de preços e prazos pactuados entre as partes.

(a) Vendas de micro-computadores

São transações de comercialização de micro-computadores produzidos pela Companhia, que realiza vendas para todas as partes relacionadas.

(b) Produtos e serviços gráficos - Gráfica e Editora Posigraf S.A.

Refere-se às compras de produtos e serviços gráficos realizadas pela Companhia.

(c) Direitos autorais - Editora Positivo Ltda.

Os direitos autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Tecnologia S.A., de acessos aos sites na internet denominados “Portal Positivo”, “Portal Aprende Brasil” e a plataforma multimídia denominada “Positivo Digital” aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como acesso a livros digitais aos clientes da área de ensino particular e o fornecimento de acesso a conteúdos digitais através de endereços eletrônicos inseridos nos livros impressos.

A Companhia disponibiliza o acesso ao “Portal Positivo” e livros digitais para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao “Portal Aprende Brasil” para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, denominado SABE.

(d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais, os quais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

(e) Aluguel - Rosch Administradora de Bens Ltda.

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R\$ 731. O valor é reajustado anualmente, por índice IGP-M previsto em contrato. Além disso, o valor é passível de repactuação, mediante a formalização de aditivo contratual em caso de ampliação das áreas construídas para aumento da capacidade produtiva e introdução de benfeitorias pela locadora.

(f) Convênio - Centro de Estudos Superiores Positivo

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.

(g) Venda

A Companhia e suas controladas realizam vendas de insumos para produção para suas controladas e controladas em conjunto.

(h) Compra

A Companhia efetua compra de produtos acabados da controlada para posterior revenda a clientes.

(i) Rateio de despesas

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

(j) Conta corrente - Positivo Informática da Bahia Ltda e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Bahia Ltda e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda, com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta corrente não tem prazo previsto para liquidação, como também a incidência de encargos financeiros.

(k) Informática Figueira S.A.

Os saldos em aberto são oriundos de operações mercantis de venda de insumos para produção, respeitando os prazos estabelecidos em cada operação.

(l) Serviços de desenvolvimento

Refere-se a contratação de serviços de desenvolvimento de softwares e aplicativos utilizados na produção, comercialização e em melhorias operacionais.

(m) Desenvolvimento de sistemas e tecnologia na área da saúde

Refere-se a contratação de serviços técnicos de desenvolvimento de softwares, hardwares, aplicativos e equipamentos voltados para a área médica.

Adicionalmente a Companhia realizou empréstimos no montante de R\$ 6.100 à Hi Technologies S.A., operações regulamentadas por contratos de mútuo, com taxa de juros anual de 150% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Remuneração da administração

O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 9.209 (R\$ 7.449 em 31 de dezembro de 2016), referente a benefícios de curto prazo. A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2017 aprovou para o exercício de 2017, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 11.232 (R\$ 9.493 em 2016).

II. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

		Controladora				
		Saldo em	Integralização de	Resultado de	Ajuste de	Saldo em
		31/12/2016	Capital Social	equivalência patrimonial	avaliação patrimonial	31/12/2017
Investimentos						
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(a)	14.209	19.500	(4.370)	(159)	29.180
Crounal S.A.	(b)	1.558	20.935	14.620	1.308	38.421
Portal Mundo Positivo Ltda.	(c)	685	–	–	–	685
Positivo Argentina S.R.L.	(d)	–	1.000	–	–	1.000
		16.452	41.435	10.250	1.149	69.286

A participação em controladas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2017					
Positivo Informática da Bahia Ltda.	32.998	3.818	29.180	–	(4.370)
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	–	–
Crounal S.A.	42.427	4.006	38.421	19.982	14.620
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	115	3.826	(3.711)	–	–
Boreo Indústria de Componentes Ltda. (Controlada indireta)	56.336	45.070	11.266	46.450	(3.734)
Positivo Argentina S.R.L.	1.000	–	1.000	–	–
31 de dezembro de 2016					
Positivo Informática da Bahia Ltda.	18.141	3.932	14.209	–	5.532
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	–	–
Crounal S.A.	47.438	45.880	1.558	54.285	784
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	115	3.826	(3.711)	–	2.267

(a) Positivo Informática da Bahia Ltda.

Em 08 de abril de 2008, a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, essa controlada realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. e em 29 de junho de 2016 constituiu em Manaus-AM a controlada direta Boreo Indústria de Componentes Ltda. com capital social subscrito de R\$ 10. Em 25 de janeiro de 2017, a Positivo Informática da Bahia Ltda. integralizou capital social na sua controlada Boreo Indústria e Componentes Ltda. no montante de R\$ 15.000. Em dezembro 2017 a Companhia autorizou o aumento de capital social da controlada Positivo Informática da Bahia Ltda. no montante de R\$ 19.500, sendo R\$ 4.500 em espécie e R\$ 15.000 utilizando créditos que detinha com a controlada.

(b) Crounal S.A.

Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo - Uruguai. O objeto social desta controlada é o mesmo da controladora. Em fevereiro de 2017 a Companhia efetuou o aumento de capital social desta controlada, integralizando em espécie o montante de R\$ 20.935.

(c) Portal Mundo Positivo Ltda.

Em 09 de abril de 2012, a Companhia, em sociedade com sua controlada Positivo Informática da Amazônia Ltda., adquiriu a empresa Portal Mundo Positivo Ltda. Não houve pagamento de ágio na aquisição. Com a incorporação da Positivo Informática da Amazônia Ltda. a Companhia passou a deter a integralidade do investimento nesta sociedade.

(d) Positivo Argentina S.R.L.

Em setembro de 2017, a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Argentina S.R.L., com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina e capital social integralizado no montante de R\$ 1.000. A controlada tem como atividade principal a fabricação e comercialização de equipamentos médicos, laboratoriais, informática e comunicação.

12. INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO (“JOINT VENTURE”)**a) Controladora**

Saldo em 31/12/2016	Controladora			Saldo em 31/12/2017
	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial		
Empreendimento controlado em conjunto				
Informática Figueira S.A. (a)	41.964	(18.780)	(5.217)	17.967
Hi Technologies S.A. (d)	4.541	(1.065)	–	3.476
	46.505	(19.845)	(5.217)	21.443

Saldo em 31/12/2016	Controladora			Saldo em 31/12/2017
	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial		
Provisão para passivo a descoberto				
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (b)	(458)	(1)	(459)	
	(458)	(1)	(459)	

b) Consolidado

Saldo em 31/12/2016	Consolidado			Saldo em 31/12/2017
	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial		
Empreendimento controlado em conjunto				
Informática Figueira S.A. (a)	41.964	(18.780)	(5.217)	17.967
PBG Rwanda Limited (c)	3.830	(635)	(159)	3.036
PBG Uruguay S.A. (e)	14.851	14.356	(82)	29.125
Hi Technologies S.A. (d)	4.541	(1.065)	–	3.476
	65.186	(6.124)	(5.458)	53.604

Saldo em 31/12/2016	Consolidado			Saldo em 31/12/2017
	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial		
Provisão para passivo a descoberto				
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (b)	(458)	(1)	(459)	
	(458)	(1)	(459)	

A participação em Controladas em conjunto (“Joint Venture”) está demonstrada na nota 2.2 (b).

(a) Informática Figueira S.A.

Em 03 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma *Joint Venture* com a empresa argentina BGH *Sociedad Anónima*. (“BGH”), a qual tem por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática (*desktops*, *notebooks*, *all-in-ones*, *e-books* e *tablets*) na Argentina e no Uruguai.

Para a constituição da *Joint Venture*, a Companhia adquiriu 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Figueira S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. Não houve pagamento de ágio na aquisição.

(b) BR Code Desenvolvimento de Software S.A.

Em 23 de maio de 2014, a Companhia adquiriu integralmente a empresa BR Code Desenvolvimento de Software S.A., cujo capital social é de R\$ 50, e que tem como objetivo social o desenvolvimento de softwares, a prestação de serviços de manutenção e atualização e softwares, licenciamento e cessão de direitos de uso de software. Não houve pagamento de ágio na aquisição. Em outubro de 2014 foi assinado acordo de acionistas com o controle compartilhado, junto ao grupo BORQS, passando assim, o investimento de controlada para investimento em empreendimento controlado em conjunto (“Joint Venture”).



Positivo Tecnologia S.A.
CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) PBG Rwanda Limited.

Em 10 de outubro de 2014, a Companhia constituiu em parceria com o Grupo BGH a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited. A controlada em conjunto celebrou, em 15 de novembro de 2014, contrato com o governo de Ruanda para produção e venda de dispositivos educacionais sob a marca Positivo BGH no mercado local.

(d) Hi Technologies S.A. (anteriormente denominada Hit Tecnologia em Saúde Ltda.)

Em 04 de janeiro de 2016, a Companhia adquiriu 50% do capital social da empresa Hit Tecnologia em Saúde Ltda. pelo valor de R\$ 300. Na aquisição a Companhia obteve um ganho por compra vantajosa (deságio) baseado no valor justo de ativos intangíveis da investida, no valor de R\$ 4.242. O ganho foi registrado no resultado do exercício da Companhia, conforme estabelece o CPC 15 - Combinação de Negócios.

(e) PBG Uruguay S.A. (anteriormente denominada Musfer S.A.)

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia através da controlada Crounal S/A realizou a subscrição de 50% das ações da trading PBG Uruguay S.A., tendo efetivado a integralização de suas quotas em 28 de junho de 2016 no valor de R\$ 12.199 sendo R\$ 6.465 em espécie e R\$ 5.734 mediante a cessão de recebíveis.

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2017					
Informática Fueguina S.A.	66.188	48.221	17.967	87.560	(18.780)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	151	610	(459)	–	(1)
PBG Rwanda Limited	6.367	3.331	3.036	7.907	(635)
Hi Technologies S.A.	11.909	6.044	3.476	1.427	(1.065)
PBG Uruguay S.A.	40.230	11.105	29.125	159.091	14.356
31 de dezembro de 2016					
Informática Fueguina S.A.	75.105	33.141	41.964	153.257	17.629
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	152	610	(458)	184	(124)
PBG Rwanda Limited	9.640	5.810	3.830	39.699	3.268
Hi Technologies S.A.	5.396	855	4.541	–	–
PBG Uruguay S.A.	44.983	30.132	14.851	58.859	2.710

13. IMOBILIZADO

Controladora							
	31/12/2015	Adições	Transf./ Baixas	31/12/2016	Adições	Transf./ Baixa	31/12/2017
Custo							
Máquinas e equipamentos	59.824	361	–	60.185	–	–	60.185
Benfeitorias s/imóvel locado	20.591	3.722	(1.187)	23.126	147	–	23.273
Hardware	37.443	576	1.042	39.061	743	(1.569)	38.235
Móveis e utensílios	7.909	79	–	7.988	180	–	8.168
Instalações industriais	16.133	8.300	–	24.433	6.266	–	30.699
Edificações	2.000	–	–	2.000	–	–	2.000
Outros imobilizados	3.271	42	(2.210)	1.103	330	–	1.433
	147.171	13.080	(2.355)	157.896	7.666	(1.569)	163.993
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(37.016)	(7.362)	–	(44.378)	(3.595)	–	(47.973)
Benfeitorias s/imóvel locado	(11.371)	(1.873)	1.187	(12.057)	(1.993)	–	(14.050)
Hardware	(34.744)	(2.583)	1.168	(36.159)	(1.882)	1.569	(36.472)
Móveis e utensílios	(5.132)	(656)	–	(5.788)	(589)	–	(6.377)
Instalações industriais	(5.185)	(2.150)	–	(7.335)	(1.822)	–	(9.157)
Edificações	(467)	–	–	(467)	–	–	(467)
Outros imobilizados	(53)	(21)	–	(74)	(20)	–	(94)
	(93.968)	(14.645)	2.355	(106.258)	(9.901)	1.569	(114.590)
Valor líquido	53.203	(1.565)	–	51.638	(2.235)	–	49.403
	Consolidado						

Custo							
Máquinas e equipamentos	59.824	361	–	60.185	129	–	60.314
Benfeitorias s/imóvel locado	20.591	3.722	(1.187)	23.126	964	–	24.090
Hardware	37.443	576	1.042	39.061	743	(1.569)	38.235
Móveis e utensílios	7.909	79	–	7.988	442	–	8.430
Instalações industriais	16.133	8.300	–	24.433	13.151	–	37.584
Edificações	2.000	–	–	2.000	–	–	2.000
Outros imobilizados	3.271	42	(2.210)	1.103	330	–	1.433
	147.171	13.080	(2.355)	157.896	15.759	(1.569)	172.086
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(37.016)	(7.362)	–	(44.378)	(3.599)	–	(47.977)
Benfeitorias s/imóvel locado	(11.371)	(1.873)	1.187	(12.057)	(2.031)	–	(14.088)
Hardware	(34.744)	(2.583)	1.168	(36.159)	(1.882)	1.569	(36.472)
Móveis e utensílios	(5.132)	(656)	–	(5.788)	(599)	–	(6.387)
Instalações industriais	(5.185)	(2.150)	–	(7.335)	(2.174)	–	(9.509)
Edificações	(467)	–	–	(467)	–	–	(467)
Outros imobilizados	(53)	(21)	–	(74)	(20)	–	(94)
	(93.968)	(14.645)	2.355	(106.258)	(10.305)	1.569	(114.994)
Valor líquido	53.203	(1.565)	–	51.638	5.454	–	57.092

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa média contratual (a.a.)	Taxa swap média em % CDI	Vencimento	Garantias
Ao custo amortizado				
Passivo Circulante				
Capital de Giro	5,70% + VC	137,00%	24/11/2017	Nota promissória
Capital de Giro	6,82% + VC	147,94%	08/05/2017	Nota promissória
Capital de Giro	5,74% + VC	137,00%	01/12/2017	Nota promissória
Capital de Giro	5,70% + VC	137,00%	04/12/2017	Nota promissória
Capital de Giro	5,98% + VC	138,50%	08/12/2017	Nota promissória
Capital de Giro	4,63% + VC	139,90%	23/11/2018	Nota promissória
Capital de Giro	5,50%	–	De 27/01/2017 a 28/02/2017	Nota promissória
Capital de Giro	1,12% + CDI	–	29/12/2017	Nota promissória
Capital de Giro	2,04% + CDI	–	De 29/09/2019 a 19/12/2019	Nota promissória
Capital de Giro	2,70% + CDI	–	De 30/09/2018 a 31/12/2018	Nota promissória
Capital de Giro	122% CDI	–	02/07/2018	Estoques/Duplicatas
Capital de Giro	3,89% + CDI	–	De 29/06/2018 a 29/11/2018	Nota promissória
Capital de Giro	9,6% + CDI	–	De 25/01/2017 a 23/03/2017	Nota promissória
Capital de Giro	10,03% + CDI	–	De 25/01/2017 a 23/03/2017	Nota promissória
Capital de Giro	136% CDI + 0,36%	–	14/02/2017	Nota promissória
Capital de Giro	137,5% CDI	–	14/02/2018	Nota promissória
FINEP	5% + TR	–	15/06/2025	Carta fiança
BNDES - FINAME	5,67%	–	Até 15/06/2018	Alienação Fiduciária

14. INTANGÍVEL

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Custo					
Projetos de desenvolvimento (a)	204.039	18.843	222.882	23.251	246.133
Projetos sistema - ERP	46.129	–	46.129	–	46.129
Software	18.577	1.030	19.607	2.268	21.875
Licenças de uso	3.263	–	3.263	–	3.263
	272.008	19.873	291.881	25.519	317.400
Amortização					
Projetos de desenvolvimento	(153.932)	(27.754)	(181.686)	(20.255)	(201.941)
Projetos sistema - ERP	(44.603)	(1.063)	(45.666)	(358)	(46.024)
Software	(14.765)	(1.702)	(16.467)	(1.811)	(18.278)
Licenças de uso	(3.140)	(45)	(3.185)	(44)	(3.229)
	(216.440)	(30.564)	(247.004)	(22.468)	(269.472)
Valor líquido	55.568	(10.691)	44.877	3.051	47.928
	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Custo					
Projetos de desenvolvimento (a)	204.039	18.843	222.882	24.950	247.832
Projetos sistema - ERP	46.129	–	46.129	–	46.129
Software	18.577	1.030	19.607	2.350	21.957
Licenças de uso	3.263	–	3.263	–	3.263
Ágio em controlada (b)	14.173	–	14.173	–	14.173
	286.181	19.873	306.054	27.300	333.354
Amortização					
Projetos de desenvolvimento	(153.932)	(27.754)	(181.686)	(21.954)	(203.640)
Projetos sistema - ERP	(44.603)	(1.063)	(45.666)	(358)	(46.024)
Software	(14.765)	(1.702)	(16.467)	(1.824)	(18.291)
Licenças de uso	(3.140)	(45)	(3.185)	(44)	(3.229)
	(216.440)	(30.564)	(247.004)	(24.180)	(271.184)
Valor líquido	69.741	(10.691)	59.050	3.120	62.170

(a) Gastos com desenvolvimento de projetos

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006. Em Manaus a legislação básica vigente é a Lei de Informática na Amazônia, nº 8.387/1991, regulamentada pelo Decreto nº 6.008/2006 e alterada pela MP nº 810/2017 ainda em regulamentação.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo de 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento têm sua base reduzida em 20% até 2029, complementada por redução adicional de 25% até 31 de dezembro de 2029, para certos NCMs.

A obrigação de investimentos para o exercício de 2017 é de R\$ 57.423. De janeiro a dezembro de 2017 foram investidos R\$ 53.734 e a totalidade da obrigação pode ser cumprida até o primeiro trimestre de 2018. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão de obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infraestrutura, viagens, e outros correlatos, sendo que tais dispêndios estão segregados entre adições no ativo intangível e despesa no resultado do exercício, nos valores de R\$ 23.252 e R\$ 30.482, respectivamente. A amortização do investimento foi fixada, substancialmente, em 3 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos.

A amortização destes projetos é contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais.

(b) Ágio

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Informática da Bahía Ltda. formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 18,16% ao ano.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fornecedores - mercado externo	236.811	265.007	271.216	271.103
Fornecedores - mercado interno	173.160	59.873	174.727	60.025
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	37.899	15.236	37.899	15.236
Variação cambial fornecedor	5.880	(4.062)	6.147	(4.062)
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(3.664)	(2.450)	(3.848)	(2.450)
	450.086	333.604	486.141	339.852

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de *softwares* da *Microsoft Corporation*. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente.

O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 111 dias. O ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Taxa média contratual (a.a.)	Taxa swap média em % CDI	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
						31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
BNDDES	(a)	9,80%	–	Até 15/12/2022	Carta Fiança	56.273	45.038	56.273	45.038
FINIMP		3,15% + VC	109,60%	06/02/2017	Nota promissória	–	34.643	–	34.643
FINIMP		3,30% + VC	111,26%	08/02/2017	Nota promissória	–	6.192	–	6.192
FINIMP		3,26% + VC	111,85%	17/02/2017	Nota promissória	–	2.383	–	2.383
FINIMP		3,32% + VC	111,25%	24/02/2017	Nota promissória	–	7.006	–	7.006
FINIMP		3,43% + VC	112,85%	23/03/2017	Nota promissória	–	6.056	–	6.056
FINIMP		3,91% + VC	114,80%	12/05/2017	Nota promissória	–	13.927	–	13.927
FINIMP		3,91% + VC	113,47%	19/05/2017	Nota promissória	–	15.026	–	15.026
FINIMP		3,91% + VC	113,15%	26/05/2017	Nota promissória	–	7.173	–	7.173
FINIMP		3,15% + VC	114,40%	20/02/2018	Nota promissória	15.864	–	15.864	–
FINIMP		3,15% + VC	111,60%	05/03/2018	Nota promissória	21.022	–	21.022	–
FINIMP		3,12 + VC	110,58%	18/05/2018	Nota promissória	10.251	–	10.251	–
FINIMP		3,12 + VC	111,41%	21/05/2018	Nota promissória	4.658	–	4.658	–
FINIMP		3,12 + VC	111,50%	22/05/2018	Nota promissória	20.563	–	20.563	–
FINIMP		3,12 + VC	111,55%	30/05/2018	Nota promissória	7.610	–	7.610	–
FINIMP		3,15 + VC	111,93%	08/06/2018	Nota promissória	6.306	–	6.306	–
FINIMP		3,15 + VC	111,20%	20/06/2018	Nota promissória	6.155	–	6.155	–
Arrendamento mercantil financeiro		3,80% + CDI	–	Até 06/2018	Alienação Fiduciária	36	873	36	873
						439.705	514.592	439.705	537.508
Passivo não circulante									
BNDDES	(a)	9,80%	–	Até 15/12/2022	Carta fiança	49.974	84.762	49.974	84.762
Capital de Giro		2,04% + CDI	–	De 29/09/2019 a 19/12/2019	Nota promissória	2.736	5.420	2.736	5.420
Capital de Giro		2,70% + CDI	–	De 30/09/2018 a 31/12/2018	Nota promissória	–	2.292	–	2.292
Capital de Giro		122% CDI	–	02/07/2018	Estoque/Duplicatas	–	11.667	–	11.667
Capital de Giro		3,89% + CDI	–	De 29/06/2018 a 29/11/2018	Nota promissória	–	12.477	–	12.477
FINEP		5% + TR	–	15/06/2025	Carta fiança	38.892	22.129	38.892	22.129
BNDDES - FINAME		5,67%	–	Até 15/06/2018	Alienação Fiduciária	–	1.971	–	1.971
						91.602	140.718	91.602	140.718
						531.307	655.310	531.307	678.226
Total de empréstimos e financiamentos									

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas não consta nenhuma cláusula restritiva (“covenants”) que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros.

Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos da Companhia se aproximam com seus valores justos, exceto linhas captadas junto ao BNDDES que apresentam condições diferenciadas com relação a prazos e custos.

(a) BNDDES

No final do exercício de 2015, a Companhia aprovou junto ao BNDDES um contrato de crédito no montante de R\$ 67.725, cujos recursos serão aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional, e centro de inovação associado a novos produtos. O crédito está sendo liberado parceladamente, devendo ser utilizado pela Companhia em até doze meses. Até o final do exercício de 2016, a Companhia havia captado junto ao BNDDES o montante de R\$ 28.727, em 2017 o montante captado foi de R\$ 20.318.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
Ano	Controladora e consolidado	Ano	Controladora e consolidado
2019	35.922	2018	73.470
2020	18.013	2019	29.132
2021	17.013	2020	10.680
2022	6.069	2021	10.505
2023	5.482	2022	10.331
Acima de 2023	9.103	Acima de 2022	6.600
Total	91.602	Total	140.718

17. PROVISÕES**Passivo Circulante**

		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	48.746	44.149
Provisão para comissões	(c)	17.043	14.519
Provisão para rebate	(d)	588	3.238
Provisão para VPC	(b)	6.448	12.556
Provisão para royalties	(e)	4.271	8.751
Outras provisões		7.333	2.463
		84.429	85.676

Passivo Não Circulante

Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	9.216	11.807
		93.645	97.483

(a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas-base.

(b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

(c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

(d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

(e) Provisão para royalties

Os valores provisionados como royalties são calculados com base em percentuais contratuais estabelecidos com o fornecedor e que incidem de forma geral sobre o faturamento de produtos que utilizam as tecnologias ou marcas.

18. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
PIS E COFINS	18.435	3.027	18.601	3.027
INSS	2.936	3.214	3.145	3.218
IRRF E CSRF	5.194	5.417	5.285	5.424
IPI	2.942	1.328	2.954	1.328
ICMS	2.412	2.517	2.438	2.517
Outros impostos e contribuições	3.398	4.163	3.547	4.171
	35.317	19.666	35.970	19.685

19. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento que será apropriada ao resultado dos próximos exercícios, conforme mencionado na Nota 8. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia registrou o montante no passivo, sob a rubrica de receita diferida. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgada na Nota 14.a.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**(a) Diferido**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresentando a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	17.120	15.011	17.120	15.011
Estoque obsoleto	18.530	16.822	18.823	16.822
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	13.083	13.445	13.083	13.445
Ajuste a valor presente	1.246	833	1.246	833
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	10.799	8.681	10.799	8.681
Provisão para comissões	5.795	4.936	5.795	4.936
Rebate	200	1.101	200	1.101
Provisão para VPC	2.192	4.269	2.192	4.269
Provisão para investimento em P&D	2.091	–	2.091	–
Projetos de desenvolvimento de produtos	(15.025)	(14.007)	(15.025)	(14.007)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	394.011	389.578	395.280	390.427
Diferido não contabilizado	(383.311)	(370.422)	(384.873)	(371.271)
	66.731	70.247	66.731	70.247

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais, lucros tributáveis nas empresas controladas em conjunto no exterior, decisão da Administração de distribuir dividendos no Brasil utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, também na premissa de redução do efeito da subvenção para investimento nos resultados da Companhia, decorrente das mudanças na legislação e da reorganização societárias incorrida em 2015, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

	Controladora e Consolidado							
Expectativa de realização	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Imposto de renda	2.805	5.620	6.163	7.226	8.593	9.715	8.912	49.034
Contribuição social	1.010	2.023	2.218	2.602	3.093	3.498	3.253	17.697
Total	3.815	7.643	8.381	9.828	11.686	13.213	12.165	66.731

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro e/ou prejuízo líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de desenvolvimentos de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

(b) Receita (despesa) no resultado

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.035)	9.664	(43.987)	9.666
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	14.972	(3.286)	14.956	(3.286)
Exclusão equivalência patrimonial	(3.263)	8.099	(2.083)	7.984
Outras exclusões/(adições) permanentes	1.037	(3.030)	1.061	(3.030)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(16.262)	(2.609)	(17.498)	(2.496)
Despesa contabilizada	(3.516)	(826)	(3.564)	(828)
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(48)	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.516)	(826)	(3.516)	(826)
	(3.516)	(826)	(3.564)	(828)



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como “perdas prováveis”.

Referem-se basicamente a:

	Controladora				Consolidado			
	Cível	Tributária	Trabalhista	Total	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.863	18.651	16.757	43.271	7.863	18.951	16.757	43.571
Provisões reconhecidas	621	3.467	1.318	5.406	621	3.467	1.318	5.406
Reversões/Reduções por pagamentos	(2.173)	(5.573)	(1.388)	(9.134)	(2.173)	(5.873)	(1.388)	(9.434)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.311	16.545	16.687	39.543	6.311	16.545	16.687	39.543
Provisões reconhecidas	1.774	572	3.419	5.765	1.774	572	3.419	5.765
Reversões/Reduções por pagamentos	(721)	(4.468)	(1.640)	(6.829)	(721)	(4.468)	(1.640)	(6.829)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.364	12.649	18.466	38.479	7.364	12.649	18.466	38.479
Circulante				5.387				5.387
Não Circulante				33.092				33.092

O montante registrado na controladora e consolidado, no passivo circulante é de R\$ 5.387 (R\$ 4.598, em 31 de dezembro de 2016) e o registrado no passivo não circulante é de R\$ 33.092 (R\$ 34.945, em 31 de dezembro de 2016).

Cível

Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes.

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora			Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Tributárias					
ICMS (a)			1.165		22.673
Outros (b)			237.546		170.590
Trabalhista					
Empregados (c)			3.971		3.462
Cíveis					
Órgão Público e Empresas Privadas (d)			26.989		20.239
Consumidor (d)			7.834		3.988
			277.505		220.952

Tributárias

(a) ICMS:

Em 31 de dezembro de 2017 são representadas por processos referentes à discussão de diferenças de alíquotas utilizadas na apuração do tributo em determinadas operações interestaduais.

(b) Tributárias - Outros (principais valores totalizam R\$ 230.806):

(i) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da discussão sobre diferença de alíquota na importação de placas de captura de sinal de TV e placas de vídeo.

(ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

(iii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

(iv) ISS - Auto de infração da Prefeitura Municipal de Curitiba que discute a incidência do imposto sobre serviços sobre a cessão do direito de uso do Portal Educacional.

(v) PIS e COFINS - Processo fiscal discutindo a glosa de créditos extemporâneos de PIS e COFINS apropriados pela Companhia sobre gastos com comissão, propaganda e assistência técnica.

(c) Trabalhistas

Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações trabalhistas. Não há processos individualmente relevantes.

(d) Cíveis

(i) Órgãos públicos (principais valores totalizam R\$ 22.632):

Procedimento administrativo no fornecimento de equipamentos ao Estado de Pernambuco - Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital - DEID sobre o contrato 02/2007/STE-MC, ação discute multa aplicada por suposto descumprimento parcial do contrato.

Estado de Pernambuco - Ação ordinária para a anulação do processo licitatório 046/2011 da Secretaria de Educação de Pernambuco.

(ii) Consumidor: São processos administrativos e judiciais relacionados a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia, pleiteando a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos. No caso de processos administrativos, estes são instaurados por órgãos de defesa e proteção ao consumidor tendo por objeto a análise da existência de prática infrativa às relações de consumo, com a possibilidade de aplicação de multas nos termos do decreto 2181/97. Não há processos individualmente relevantes.

PERT - Programa Especial de Regularização Tributária

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, instituído pela MP 783/2017, Lei nº 13.496/2017, que permite a regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O valor total da adesão foi de R\$ 59.602, composto de processos relativos a tributos federais (PIS, COFINS, CIDE, CSLL e Imposto de Importação no montante total de R\$ 39.437) e contribuições previdenciárias (R\$ 20.165). A Companhia liquidou a dívida utilizando R\$ 47.681 de prejuízo fiscal (80% do total do débito), R\$ 2.384 em espécie, e o saldo remanescente mediante a utilização de depósitos judiciais.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 389.000. O total de ações é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

	Quantidade de ações (unidades)	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Acionistas		
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	92.224	92.225
Ações em tesouraria	1.585.408	2.077.008
Ações em circulação	24.029.274	23.537.673
	87.800.000	87.800.000

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

Controladores diretos

Hélio Bruck Rotenberg
Cixares Líbero Vargas
Isabela Cesar Formighieri Mocelin
Daniela Cesar Formighieri Rigolino
Sofia Guimarães Von Ridder
Samuel Ferrari Lago
Paulo Fernando Ferrari Lago
Rodrigo Cesar Formighieri
Lucas Raduy Guimarães
Giem Raduy Guimarães
Thais Susana Ferrari Lago
Oriovisto Guimarães

(b) Reserva de capital - Incentivos fiscais e Opções

Reservas de Subvenção para investimentos (i)

Reservas de Benefício das opções *Stock Option* (ii)

(i) Reservas de subvenção para investimentos

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de reservas de lucros.

(ii) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 32.

(c) Reserva de lucros

	Controladora	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Reservas de Subvenção p/Incentivos Fiscais (i)	66.988	119.687
Reserva legal (ii)	81	81
	67.069	119.768

(i) Reservas de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

(ii) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva legal é constituída anualmente, desde que o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não exceda 30% do capital social, com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% do capital social.

(d) Dividendos

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

(e) Apropriação do lucro/prejuízo

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social.

(f) Ações em tesouraria

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 1.585.408 de ações em tesouraria (2.077.008 em 31 de dezembro de 2016), adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 14,57, no total de R\$ 23.109, em 31 de dezembro de 2017 (em 31 de dezembro de 2016, com base nas ações em tesouraria remanescente o valor total da aquisição é de R\$ 30.274). Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de R\$ 3,11 em 31 de dezembro de 2017 (preço da cotação na referida data), o efeito no patrimônio seria de uma perda de R\$ 18.169 (perda de R\$ 24.467 em 31 de dezembro de 2016).

(g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, os ganhos e perdas atuariais provenientes do plano de benefício a funcionários e resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Para perdas e ganhos atuariais, os valores serão reconhecidos no momento da reavaliação do passivo atuarial. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de hedge.

23. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita bruta da venda de produtos	2.140.718	1.851.587	2.148.847	1.905.872
Receita bruta de serviços prestados	37.030	35.490	37.030	35.490
Receita Bruta Total:	2.177.748	1.887.077	2.185.877	1.941.362
Menos:				
Impostos sobre vendas	(386.456)	(306.236)	(384.687)	(306.237)
Subvenção para investimento	196.473	195.877	196.473	195.878
Devoluções e abatimentos	(84.318)	(84.988)	(84.055)	(84.988)
Receita líquida	1.903.447	1.691.730	1.913.608	1.746.015

24. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	1.354.280	1.102.551	1.351.147	1.157.288
Despesas com pessoal	143.892	145.287	150.286	146.578
Despesas gerais	52.430	53.638	56.918	50.052
Despesa com serviços com terceiros	41.896	36.345	45.715	36.345
Despesa com verba de propaganda cooperada	53.193	56.227	53.193	56.227
Despesa com comissões	28.013	20.683	28.013	20.683
Depreciação e amortização	31.588	49.870	31.999	49.870
Outras despesas operacionais líquidas	132.531	132.543	134.048	132.544
	1.837.823	1.597.144	1.851.319	1.649.587
Custo dos produtos vendidos	1.408.903	1.185.848	1.420.259	1.239.609
Despesas com vendas	332.112	308.169	332.140	308.169
Despesas gerais e administrativas	96.808	103.127	98.920	101.809
	1.837.823	1.597.144	1.851.319	1.649.587

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo e vendas a entidades governamentais. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Receita e resultados dos segmentos

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	911.160	522.092	1.433.252	1.037.227	421.560	1.458.787
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(640.749)	(405.940)	(1.046.689)	(745.157)	(317.691)	(1.062.848)
Lucro bruto	270.411	116.152	386.563	292.070	103.869	395.939
Despesas operacionais	(257.399)	(99.142)	(356.541)	(261.676)	(82.795)	(344.471)
Resultado antes do resultado financeiro	13.012	17.010	30.022	30.394	21.074	51.468
Resultado financeiro líquido	(16.798)	(29.829)	(46.627)	(32.445)	(35.923)	(68.368)
Prejuízo antes dos efeitos tributários	(3.786)	(12.819)	(16.605)	(2.051)	(14.849)	(16.900)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(1.403)	(601)	(2.004)	(576)	(149)	(725)
Prejuízo líquido do período	(5.189)	(13.420)	(18.609)	(2.627)	(14.998)	(17.625)

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos reportáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita líquida de vendas		
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	1.433.252	1.458.787
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	480.356	287.228
	1.913.608	1.746.015

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos reportáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro (prejuízo) líquido do período		
Lucro (Prejuízo) líquido do período dos segmentos reportáveis	(18.609)	(17.625)
Lucro (Prejuízo) líquido do período dos segmentos não reportáveis	(28.942)	26.463
	(47.551)	8.838

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia. O lucro ou prejuízo do segmento corresponde ao auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas.

(a) Receita dos principais produtos e serviços

Abertura da receita líquida por produto

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Produtos		
Notebooks	588.819	505.953
Desktops	589.089	560.563
Tablets	11.605	21.635
Telefones Celulares	422.415	544.799
Conversores Digitais	207.520	21.491
Outros	94.160	91.574
	1.913.608	1.746.015

(b) Ativos e passivos por segmento

Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de equipamentos de informática e celulares para atender aos segmentos de vendas.

(c) Informações geográficas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 21.253 de vendas no mercado externo (R\$ 55.226 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

(d) Informações sobre principais clientes

Cinco clientes da Companhia foram responsáveis por mais de 36% da receita líquida total no exercício 2017.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente - clientes	38.651	34.196	40.014	34.196
Rendimento aplicação financeira	22.376	43.999	22.902	43.999
Outras receitas financeiras	2.219	12.772	2.219	12.772
	63.246	90.967	65.135	90.967
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(77.570)	(101.080)	(77.927)	(102.581)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(27.038)	(24.983)	(28.212)	(24.983)
Imposto sobre operações financeiras	(1.823)	(796)	(1.847)	(796)
Multas contratuais	(606)	(946)	(606)	(946)
Outras despesas financeiras	(18.105)	(15.249)	(18.128)	(15.250)
	(125.142)	(143.054)	(126.720)	(144.556)
Total das receitas e despesas financeiras	(61.896)	(52.087)	(61.585)	(53.589)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	14.638	10.927	14.637	10.927
Perda na cobertura cambial	(31.789)	(89.861)	(31.789)	(89.861)
Ganho na variação cambial	16.107	66.279	17.473	66.279
Perda na variação cambial	(20.036)	(45.365)	(21.800)	(45.365)
	(21.080)	(58.020)	(21.479)	(58.020)
Resultado financeiro, líquido	(82.976)	(110.107)	(83.064)	(111.609)

Abaixo demonstramos o efeito caixa da variação cambial ao longo do ano de 2017 consolidado:

NDF/Opções	31/12/2017	31/12/2016
(+) Saldo inicial	(6.876)	11.944
(+) (Perda)/Ganho reconhecido no resultado	(17.151)	(78.934)
(-) Saldo final	4.050	(6.876)
(=) Efeito caixa (Redução)/Aumento	(28.077)	(60.114)
Variação Cambial fornecedores		
(+) Saldo inicial	(1.614)	(6.748)
(+) Ganho (Perda) reconhecida no resultado	(3.525)	20.914
(-) Saldo final	(9.790)	(1.614)
(=) Efeito caixa - (Redução)/Ganho	4.651	15.780
(Perda) Ganho líquido reconhecido	(20.676)	(58.020)
Efeito líquido no caixa - (Redução)	(23.426)	(44.334)

27. SEGUROS - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2017, os contratos de seguros estabelecidos pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida a seguir:

Ramo	Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais, Estoques e Lucros Cessantes (Quiosques)	1.540	01/04/2017 a 01/04/2018
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais, Estoques e Lucros Cessantes	732.635	01/04/2017 a 01/04/2018
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro de Crédito - Comercialização de equipamentos de informática	80.190	01/10/2017 a 30/09/2019
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	305	16/05/2016 a 07/08/2018
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	3.574	06/06/2016 a 06/06/2019
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	10.458	04/01/2016 a 03/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	13.198	04/01/2016 a 03/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	114	13/01/2016 a 12/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	7.224	14/06/2017 a 14/06/2020
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil Geral	5.000	01/04/2017 a 01/04/2018
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	60.647	13/07/2017 a 13/07/2020
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	7.224	14/06/2017 a 14/06/2020

Os auditores independentes não avaliaram a suficiência dos montantes contratados para cobrir eventuais sinistros.

28. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	Controladora	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Básico		
Numerador básico		
(Prejuízo) Lucro líquido alocado para ações ordinárias	(47.551)	8.838
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.077	85.352
(Prejuízo) Lucro por ação - Básico	(0,5524)	0,1035
Diluído		
Numerador diluído		
(Prejuízo) Lucro líquido alocado para ações ordinárias	(47.551)	8.838
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.854	85.548
(Prejuízo) Lucro por ação - Diluído	(0,5475)	0,1033

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro (prejuízo) por ação diluído, como segue:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Básico		
Número médio ponderado de ações da Companhia	87.800	87.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.723)	(2.448)
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	86.077	85.352
Diluído		
Número médio ponderado de ações da Companhia	87.800	87.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.723)	(2.448)
Número médio ponderado de opções	777	196
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	86.854	85.548

29. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

29.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 15) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 16).



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, é requerida a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação do departamento financeiro. O principal objetivo é proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Companhia pratica operações de Opções de compra de dólar e/ou também operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados. Adicionalmente a Companhia pratica operações de *Swap* com o objetivo de proteger seus empréstimos em moeda estrangeira das oscilações nas cotações futuras. As principais análises feitas pelo departamento financeiro para a contratação de instrumentos financeiros derivativos são:

- A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.
- O montante e tipo de modalidade a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.
- Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

31 de dezembro de 2017				
Controladora		Consolidado		
Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais	
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	316	1.045	316	1.045
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(84.822)	(280.590)	(93.681)	(309.896)
Empréstimos				
Dólares americanos	(81.853)	(270.770)	(81.853)	(270.770)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	81.853	270.770	81.853	270.770
NDF's - Dólares americanos	46.107	152.522	46.107	152.522
Opções de compra - Dólares americanos	5.450	18.029	5.450	18.029
Exposição Líquida 1	(32.949)	(108.994)	(41.808)	(138.300)
Projetos de governo				
Dólares americanos	(9.063)	(29.980)	(9.063)	(29.980)
Exposição Líquida 2	(42.012)	(138.974)	(50.871)	(168.280)

31 de dezembro de 2016				
Controladora		Consolidado		
Moeda		Moeda		
estrangeira	Reais	estrangeira	Reais	
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	257	837	257	837
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(84.741)	(276.181)	(84.741)	(276.181)
Empréstimos				
Dólares americanos	(84.154)	(274.266)	(84.154)	(274.266)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	84.154	274.266	84.154	274.266
NDF's - Dólares americanos	106.467	346.987	106.467	346.987
Opções de compra - Dólares americanos	9.122	29.730	9.122	29.730
Exposição Líquida 1	31.105	101.373	31.105	101.373
Projetos de governo				
Dólares americanos	(10.039)	(32.719)	(10.039)	(32.719)
Exposição Líquida 2	21.066	68.654	21.066	68.654

Exposição líquida 1 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzidos dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzidos dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 16. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item “d” desta Nota.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como “instituições de primeira linha”. As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de *rating* como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros

	Controladora					
	Taxa de juros efetiva média ponderada % do CDI	Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	De um a cinco anos R\$	Mais de cinco anos R\$
						Total R\$
31 de dezembro de 2017						
Fornecedores	103,21	241.784	87.229	122.248	–	–
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	136,41	9.100	128.789	301.816	76.430	15.172
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	–	–
Partes relacionadas	–	–	4.592	–	–	–
Outros passivos - não circulante	–	–	–	–	2.331	–
	<u>250.884</u>	<u>220.610</u>	<u>424.064</u>	<u>78.761</u>	<u>15.172</u>	<u>989.491</u>
31 de dezembro de 2016						
Fornecedores	92,79	218.233	90.543	27.278	–	–
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	121,51	38.452	170.116	306.024	123.787	16.931
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.401	3.149	23.287	–	–
Partes relacionadas	–	–	2.714	–	–	–
Outros passivos - não circulante	–	–	–	–	3.124	–
	<u>258.086</u>	<u>266.522</u>	<u>356.589</u>	<u>126.911</u>	<u>16.931</u>	<u>1.025.039</u>

	Consolidado					
	Taxa de juros efetiva média ponderada % do CDI	Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	De um a cinco anos R\$	Mais de cinco anos R\$
						Total R\$
31 de dezembro de 2017						
Fornecedores	103,21	263.742	94.395	129.363	–	–
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	136,41	9.100	128.789	301.816	76.430	15.172
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	–	–
Partes relacionadas	–	–	3.814	–	–	–
Outros passivos - não circulante	–	–	–	–	2.331	–
	<u>272.842</u>	<u>226.998</u>	<u>431.179</u>	<u>78.761</u>	<u>15.172</u>	<u>1.024.952</u>
31 de dezembro de 2016						
Fornecedores	92,79	218.233	91.913	32.156	–	–
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	121,51	38.452	170.116	328.940	123.787	16.931
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.401	3.149	23.287	–	–
Partes relacionadas	–	–	17.938	–	–	–
Outros passivos - não circulante	–	–	–	–	3.124	–
	<u>258.086</u>	<u>283.116</u>	<u>384.383</u>	<u>126.911</u>	<u>16.931</u>	<u>1.069.427</u>

Ativos financeiros

	Controladora					
	Taxa de juros efetiva média ponderada % do CDI	Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	Acima de um ano R\$	Total R\$
						Total R\$
31 de dezembro de 2017						
Caixa e bancos	–	73.972	–	–	–	73.972
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	78,48	303.891	–	–	–	303.891
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.228	3.333	3.923	–	8.484
Contas a receber de clientes	102,65	160.893	113.600	28.666	262	303.421
Partes relacionadas	–	–	–	23.536	–	23.536
	<u>539.984</u>	<u>116.933</u>	<u>56.125</u>	<u>262</u>	<u>713.304</u>	
31 de dezembro de 2016						
Caixa e bancos	–	19.572	–	–	–	19.572
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,23	439.603	–	–	–	439.603
Instrumentos financeiros derivativos	–	205	366	73	–	644
Contas a receber de clientes	100,48	133.950	128.522	52.861	7.267	322.600
Partes relacionadas	–	–	–	11.187	–	11.187
	<u>593.330</u>	<u>128.888</u>	<u>64.121</u>	<u>7.267</u>	<u>793.606</u>	

	Consolidado					
	Taxa de juros efetiva média ponderada % do CDI	Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	Acima de um ano R\$	Total R\$
						Total R\$
31 de dezembro de 2017						
Caixa e bancos	–	83.935	–	–	–	83.935
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	78,48	303.891	–	–	–	303.891
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.228	3.333	3.923	–	8.484
Contas a receber de clientes	102,65	167.781	117.775	29.171	262	314.989
Partes relacionadas	–	–	–	12.383	–	12.383
	<u>556.835</u>	<u>121.108</u>	<u>45.477</u>	<u>262</u>	<u>723.682</u>	
31 de dezembro de 2016						
Caixa e bancos	–	38.773	–	–	–	38.773
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,23	439.603	–	–	–	439.603
Instrumentos financeiros derivativos	–	205	366	73	–	644
Contas a receber de clientes	100,48	133.950	129.925	52.861	7.267	324.003
Partes relacionadas	–	–	–	12.823	–	12.823
	<u>612.531</u>	<u>130.291</u>	<u>65.757</u>	<u>7.267</u>	<u>815.846</u>	

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano e da taxa de juros CDI do BACEN - Banco Central do Brasil na data-base de 31 de dezembro de 2017. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2017, a Companhia contratou operações de “compra” de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Data da Contratação	Data de vencimento	Contraparte	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Dez/17	Jan/18	BMG	575	3,3166
Dez/17	Mar/18 a Abr/18	BTG	510	3,2761
Ago/17 a Nov/17	Fev/18 a Abr/18	Bradesco	914	3,2621
Jul/17 a Ago/17	Jan/18 a Fev/18	Citi	2.473	3,2405
Jul/17	Mar/18	Itaú	1.000	3,2329
Set/17 a Nov/17	Jan/18 a Fev/18	BR Partners	292	3,2185
Ago/17 a Dez/17	Jan/18 a Abr/18	Pine	5.417	3,2162
Ago/17 a Dez/17	Jan/18 a Jun/18	Fibra	7.068	3,2601
Jul/17 a Dez/17	Jan/18 a Jun/18	Banco do Brasil	27.858	3,2469
			46.107	3,2494

Durante o exercício de 2017 a Companhia reconheceu R\$ 15.573 de perda líquida no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 2016 perda de R\$ 72.990).

(b) Contratos de opções de compra de dólar

Também com o objetivo de proteger as transações em moeda estrangeira com fornecedores do exterior frente à volatilidade do dólar norte-americano, a Companhia contratou opções de compra de dólar. O valor nocional em aberto em 31 de dezembro de 2017 era de US\$ 5.450. Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, nos seguintes montantes e condições:

Data da Contratação	Data de vencimento	Contraparte	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Jul/17	Fev/18 a Mar/18	Citi	3.450	3,2588
Jul/17	Jan/18 a Abr/18	Bradesco	2.000	3,2375
			5.450	3,2517

Durante o exercício de 2017 a Companhia reconheceu R\$ 1.578 de perda líquida no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 2016 perda de R\$ 5.944).

(c) Swap de taxas de juros - *CDI x US\$*

Os “*swaps*” de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos “*swaps*” corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa média contratada do CDI foi de 130,36% (em 31 de dezembro 2016, 130,67%). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*)

A partir de 1º de junho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, os quais compreendem todos os contratos de “*swaps*”, documentando:

- O relacionamento do hedge;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de hedge;
- A identificação do instrumento financeiro;
- O objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
- A demonstração prospectiva da efetividade do hedge.

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas a seguir:

Instrumento designados como Hedge de fluxo de caixa - controladora/consolidado

Outros resultados abrangentes					
	Moeda de referência	Valor de referência	Valor da Curva	Valor Justo (1)	Ganho (Perda) acumulada
Objeto de Proteção	(Notional)	(Notional)			Ganho (perda) do exercício
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL	270.770	11.354	4.434

(1) O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determina o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&FBOVESPA.

A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

As variações no valor justo dos derivativos caracterizados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e são reclassificadas para o resultado nos períodos em que a operação objeto do *hedge* é realizada.

Quando um instrumento de hedge deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting* a perda ou ganho acumulado no patrimônio líquido será integralmente revertido para o resultado se a operação prevista também estiver reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa totalizavam US\$ 81.853 de valor “*notional*” R\$ 270.770. Foi reconhecida em “outros resultados abrangentes” em 31 de dezembro de 2017 uma perda líquida de R\$ 2.855 (em 2016 perda líquida de R\$ 8.470), e no resultado financeiro uma perda de R\$ 15.923 (em 2016 perda líquida de 99.282). Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, tendo os seguintes montantes e condições no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

31 de dezembro de 2017				
Data da Contratação	Data de vencimento	Contraparte	Valor Nocional USD mil	Valor em R\$
Set/17 a Dez/17	Mar/18 a Nov/18	Bradesco	62.567	206.972
Ago/17	Fev/18	Fibra	4.796	15.864
Nov/17 a Dez/17	Mai/18 a Jun/18	Banco do Brasil	14.490	47.934
			81.853	270.770

PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

Hélio Bruck Hotenberg
Diretor-Presidente

Marielva Andrade Dias
Vice-Presidente de Operações

Carlos Augusto Moreira
Vice-Presidente Executivo

Álvaro Luiz Cruz
Vice-Presidente de Tecnologia Educacional

Fábio Trierweiler Faigle
Contador - CRC 055265/O-2-PR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Soares Mitri
Presidente e Membro Independente

Pedro Santos Ripper
Conselheiro Independente

Rodrigo Cesar Formighieri
Conselheiro

Hélio Bruck Rotenberg
Conselheiro

Samuel Ferrari Lago
Conselheiro

Giem Raduy Guimarães
Conselheiro

Francisco Tosta Valim Filho
Conselheiro Independente



Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

Positivo Tecnologia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Positivo Tecnologia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita

A Companhia realiza parte significativa de suas vendas para os segmentos operacionais representados por vendas ao mercado varejista e a entidades governamentais, substancialmente no mercado nacional. A receita dessas operações é reconhecida após o faturamento e o atendimento das condições estabelecidas pelas normas contábeis quanto ao reconhecimento da receita, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.20. Essas operações de vendas são relevantes e pode haver intervalo de tempo entre o momento da emissão das notas fiscais de vendas dos produtos e o momento da efetiva transferência dos riscos e benefícios dos produtos vendidos aos varejistas e às entidades governamentais. Por este motivo, a Companhia monitora o prazo de entrega a esses clientes e procede aos ajustes na receita operacional para que esta reflita somente as vendas que atenderam a todos os critérios contábeis para reconhecimento até a data-base das demonstrações financeiras. Devido ao volume de transações de vendas sujeitas a esse monitoramento e aos controles internos existentes serem individualizados por transação para determinação dos ajustes na receita operacional, consideramos esse tema um assunto relevante para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros, o entendimento e os testes dos controles internos relevantes referentes ao reconhecimento da receita no correto período de competência e a avaliação da consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receita por meio de testes sobre transações de vendas realizadas durante e no fim do exercício.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são apropriadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de créditos tributários, incluindo impostos diferidos ativos

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 8 e nº 20, a Companhia possui créditos fiscais relevantes decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e imposto de renda e contribuição social diferidos, nos montantes de R\$129.670 mil e R\$66.731 mil, respectivamente. Para fins de suporte da realização dos créditos tributários, a Administração da Companhia elaborou projeções de resultados futuros, limitadas ao prazo de dez anos, as quais envolvem julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre exercícios futuros na determinação dos potenciais débitos tributários a serem gerados e, consequentemente, realização dos créditos tributários em aberto na data-base 31 de dezembro de 2017. Tais projeções incluem premissas referentes a desempenho da economia brasileira e do segmento de atuação da Companhia e ampliação das atividades comerciais, inclusive com contratos de fornecimento já celebrados antes do encerramento do exercício, entre outros aspectos. Devido à complexidade e subjetividade das premissas adotadas nas projeções de resultados futuros utilizadas pela Administração na determinação do valor recuperável dos créditos tributários, consideramos esse tema um assunto relevante para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da consistência das principais premissas utilizadas pela Administração com dados históricos e informações disponíveis de mercado; revisão da consistência matemática das projeções; e avaliação da aderência dos principais componentes das projeções à legislação tributária vigente. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento dos créditos tributários, incluindo impostos diferidos, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são apropriadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 14 de março de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Roberto Wagner Promenzio

Contador

CRC nº 1 SP 088438/O-9

Deloitte.
Página 15 de 15

26635/2018

Sistema de Publicações Oficiais.
Mais segurança ao cidadão paranaense.
www.imprensaoficial.pr.gov.br

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41300071977	CNPJ 81.243.735/0001-48	
NOME EMPRESARIAL Positivo Tecnologia S/A		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/12/2017 a 31/12/2017
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 767
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) E9.B3.2A.CE.DA.1E.0E.AD.DE.6A.65.32.01.AE.4D.96.47.5A.8D.91	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Administrador	42880424968	HELIO BRUCK ROTENBERG:42880424968	954132353188509572 69622327671659617429	30/10/2015 a 28/10/2018	Sim
Contador	03294931913	FABIO TRIERWEILER FAIGLE:03294931913	144240882272979247 609003334712652676035	31/05/2017 a 30/05/2020	Não
Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	03294931913	FABIO TRIERWEILER FAIGLE:03294931913	144240882272979247 609003334712652676035	31/05/2017 a 30/05/2020	Não

NÚMERO DO RECIBO:
E9.B3.2A.CE.DA.1E.0E.AD.DE.6A.65.3
2.01.AE.4D.96.47.5A.8D.91-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/05/2018 às 19:24:41

F4.0C.F2.16.40.3D.A8.2D
DF.AC.01.0D.42.AE.34.66

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: Positivo Tecnologia S/A

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 81.243.735/0001-48

Número de Ordem do Livro: 767

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	Positivo Tecnologia S/A
NIRE	41300071977
CNPJ	81.243.735/0001-48
Número de Ordem	767
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	Curitiba
Data do arquivamento dos atos constitutivos	01/01/1999
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2017
Quantidade total de linhas do arquivo digital	3139430

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	Positivo Tecnologia S/A
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	767
Quantidade total de linhas do arquivo digital	3139430
Data de inicio	01/12/2017

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.B3.2A.CE.DA.1E.0E.AD.DE.6A.65.32.01.AE.4D.96.47.5A.8D.91-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: Positivo Tecnologia S/A

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 81.243.735/0001-48

Número de Ordem do Livro: 767

Data de término

31/12/2017

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.B3.2A.CE.DA.1E.0E.AD.DE.6A.65.32.01.AE.4D.96.47.5A.8D.91-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 2 de 2

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: Positivo Tecnologia S/A

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 81.243.735/0001-48

Número de Ordem do Livro: 767

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO	R\$ 1.778.018.095,18	R\$ 1.696.384.718,60
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 1.387.086.125,08	R\$ 1.358.773.365,59
CAIXA E EQUIVALENTES	R\$ 459.174.812,14	R\$ 377.863.305,55
CAIXA GERAL	R\$ 227.256,89	R\$ 161.255,78
DEPOSITOS BANCARIOS	R\$ 19.344.478,18	R\$ 73.810.863,14
APLICACOES FINANCEIRAS	R\$ 439.603.077,07	R\$ 303.891.186,63
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	R\$ 644.345,28	R\$ 8.483.905,72
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	R\$ 644.345,28	R\$ 8.483.905,72
CONTAS A RECEBER	R\$ 298.065.030,11	R\$ 291.427.586,51
CLIENTES NACIONAIS	R\$ 284.660.595,68	R\$ 265.452.988,07
CLIENTES NO EXTERIOR	R\$ 806.072,83	R\$ 1.027.597,13
CREDITOS COM PARTES RELACIONADAS	R\$ 10.969.608,73	R\$ 23.318.248,44
CREDITOS COM PARTES RELAC NO EXTERIOR	R\$ 217.873,67	R\$ 217.873,67
OUTROS VALORES A RECEBER	R\$ 1.410.879,20	R\$ 1.410.879,20
CREDITOS	R\$ 160.810.842,55	R\$ 213.421.870,23
TRIBUTOS A RECUPERAR	R\$ 33.642.912,21	R\$ 75.998.856,40
TRIBUTOS A COMPENSAR	R\$ 39.898.288,16	R\$ 34.418.168,40
OUTROS CREDITOS TRIBUTARIOS	R\$ 26.577.262,46	R\$ 28.814.771,72
CREDITOS COM FUNCIONARIOS	R\$ 705.764,24	R\$ 788.968,85
ADIANAMENTOS A FORNECEDORES	R\$ 34.760.138,98	R\$ 55.725.115,48
(-) OUTROS ADIANAMENTOS	R\$ 81.703,65	R\$ (5.901.540,15)
DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ 12.262.058,62	R\$ 8.755.920,65
OUTROS CREDITOS	R\$ 12.882.714,23	R\$ 14.821.608,88
ESTOQUES	R\$ 468.391.095,00	R\$ 467.576.697,58
ESTOQUES DE PRODUTOS	R\$ 327.216.877,48	R\$ 362.113.962,45
ESTOQUES DE MERCADORIAS	R\$ 87.917.947,10	R\$ 67.294.564,61
ESTOQUES EM TRANSITO	R\$ 83.646.384,93	R\$ 63.448.768,28
OUTROS ESTOQUES	R\$ 21.038.709,70	R\$ 27.129.076,30
(-) (-)PERDAS ESTIMADAS EM ESTOQUES	R\$ (51.428.824,21)	R\$ (54.499.099,48)
(-)LUCROS A APROPRIAR PARTES RELACIONADAS	R\$ 0,00	R\$ 2.089.425,42
ATIVO NAO CIRCULANTE	R\$ 390.931.970,10	R\$ 337.611.353,01
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$ 231.460.519,63	R\$ 149.551.344,21

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.B3.2A.CE.DA.1E.0E.AD.DE.6A.65.32.01.AE.4D.96.47.5A.8D.91-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Positivo Tecnologia S/A

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 81.243.735/0001-48

Número de Ordem do Livro: 767

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
TRIBUTOS A RECUPERAR	R\$ 138.671.797,55	R\$ 75.568.060,61
OUTROS CREDITOS	R\$ 22.541.537,95	R\$ 7.252.142,24
TRIBUTOS DIFERIDOS	R\$ 70.247.184,13	R\$ 66.731.141,36
INVESTIMENTOS	R\$ 62.956.414,13	R\$ 90.729.513,13
INVESTIMENTO EM CONTROLADAS	R\$ 14.892.549,96	R\$ 30.863.648,00
INVEST EM CONTROLADAS NO EXTERIOR	R\$ 1.558.309,61	R\$ 38.421.950,39
INVEST EM CONTROLADAS EM CONJUNTO (JV)	R\$ 4.242.142,00	R\$ 3.177.060,08
INVEST EM CONTROLADAS EM CONJ (JV) NO EXT	R\$ 42.263.412,56	R\$ 18.266.854,66
ATIVO IMOBILIZADO	R\$ 51.691.290,65	R\$ 49.455.910,65
IMOBILIZADO EM OPERACAO	R\$ 50.983.681,49	R\$ 48.295.246,97
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	R\$ (226.073,24)	R\$ 50.076,53
IMOBILIZADO PARA ARRENDAMENTO	R\$ 77.148,80	R\$ 200.357,19
OUTROS IMOBILIZADOS	R\$ 856.533,60	R\$ 910.229,96
INTANGIVEL	R\$ 44.823.745,69	R\$ 47.874.585,02
SOFTWARE E DIREITO DE USO	R\$ 3.682.105,48	R\$ 3.736.921,02
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	R\$ 36.055.041,13	R\$ 42.018.018,69
OUTROS ATIVOS INTANGIVEIS	R\$ 5.086.599,08	R\$ 2.119.645,31
PASSIVO	R\$ 1.778.018.095,18	R\$ 1.696.384.718,60
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 1.027.722.153,82	R\$ 1.053.308.957,02
SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 22.919.292,26	R\$ 19.667.764,18
OBRIGACOES COM O PESSOAL	R\$ 19.192.253,32	R\$ 16.187.184,38
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 3.727.038,94	R\$ 3.480.579,80
FORNECEDORES	R\$ 336.318.773,48	R\$ 454.680.066,83
FORNECEDORES NACIONAIS	R\$ 57.986.985,47	R\$ 168.524.950,40
FORNECEDORES DO EXTERIOR	R\$ 276.000.115,14	R\$ 281.563.482,32
DEBITOS COM PARTES REALCIONADAS	R\$ 1.789.536,06	R\$ 4.249.066,91
DEBITOS COM PARTES RELAC NO EXTERIOR	R\$ 542.136,81	R\$ 342.567,20
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 514.592.078,11	R\$ 439.704.894,80
EMPRESTIMOS NACIONAIS	R\$ 513.719.511,77	R\$ 439.669.288,77
ARREND MERC FINANCEIRO CONTRAIDO	R\$ 872.566,34	R\$ 35.606,03
OBRIGACAO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	R\$ 27.837.121,25	R\$ 0,00
OBRIGACAO COM INSTRUM FINANC DERIVATIVOS	R\$ 27.837.121,25	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.B3.2A.CE.DA.1E.0E.AD.DE.6A.65.32.01.AE.4D.96.47.5A.8D.91-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Positivo Tecnologia S/A

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 81.243.735/0001-48

Número de Ordem do Livro: 767

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
CONTAS A PAGAR	R\$ 23.764.501,75	R\$ 39.109.914,44
TRIBUTOS A PAGAR	R\$ 19.418.596,22	R\$ 35.230.516,64
PARCELAMENTO DE TRIBUTOS	R\$ 247.409,36	R\$ 83.804,01
OUTRAS CONTAS A PAGAR	R\$ 4.098.496,17	R\$ 3.795.593,79
PROVISÕES	R\$ 90.273.668,55	R\$ 89.815.713,94
PROV PARA RISCOS TRIB TRAB E CIVEIS	R\$ 4.598.466,96	R\$ 5.386.893,75
DEMAIS PROVISÕES	R\$ 85.675.201,59	R\$ 84.428.820,19
OUTRAS OBRIGACOES	R\$ 12.016.718,42	R\$ 10.330.602,83
DEMAIS OBRIGACOES	R\$ 12.016.718,42	R\$ 10.330.602,83
PASSIVO NAO CIRCULANTE	R\$ 191.052.143,55	R\$ 136.702.304,79
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 140.718.098,30	R\$ 91.601.932,14
EMPRESTIMOS NACIONAIS	R\$ 140.718.098,30	R\$ 91.601.932,14
PROVISÕES	R\$ 46.752.268,66	R\$ 42.308.103,94
PROV PARA RISCOS TRIB TRAB E CIVEIS	R\$ 34.945.453,38	R\$ 33.091.831,65
DEMAIS PROVISÕES	R\$ 11.806.815,28	R\$ 9.216.272,29
OUTRAS OBRIGACOES	R\$ 3.581.776,59	R\$ 2.792.268,71
PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS	R\$ 458.300,40	R\$ 459.568,14
DEMAIS OBRIGACOES	R\$ 3.123.476,19	R\$ 2.332.700,57
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 559.243.797,81	R\$ 506.373.456,79
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 559.243.797,81	R\$ 506.373.456,79
CAPITAL SOCIAL	R\$ 389.000.000,00	R\$ 389.000.000,00
LUCROS LIQUIDO DESTINADO	R\$ 237.901.418,62	R\$ 185.201.610,27
OPCOES OUTORGADAS RECONHECIDAS	R\$ 791.249,08	R\$ 377.924,98
(-) (-)ACOES EM TESOURARIA	R\$ (30.273.986,88)	R\$ (23.108.539,32)
(-) AJUSTES DE CONVERSAO NO PERIODO	R\$ (33.587.640,75)	R\$ (37.496.363,72)
(-) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	R\$ (4.065.346,45)	R\$ (6.920.368,68)
(-) AJUSTE DE AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS	R\$ (521.895,81)	R\$ (680.806,74)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.B3.2A.CE.DA.1E.0E.AD.DE.6A.65.32.01.AE.4D.96.47.5A.8D.91-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: Positivo Tecnologia S/A

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 81.243.735/0001-48

Número de Ordem do Livro: 767

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Valor da última DRE	Valor
(-) DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO PERIODO	R\$ 8.838.100,99	R\$ (47.550.530,50)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	R\$ 1.691.729.907,53	R\$ 1.903.446.576,01
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 1.887.076.388,39	R\$ 2.177.747.644,01
(-) (-) VENDAS CANC E DESC INCONDICIONAIS	R\$ (84.987.678,41)	R\$ (84.318.127,79)
(-) TRIBUTOS INCIDENTES E SUBVENCOES	R\$ (110.358.802,45)	R\$ (189.982.940,21)
(-) (-) CUSTOS	R\$ (1.185.845.762,46)	R\$ (1.408.902.246,51)
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS	R\$ (1.185.845.762,46)	R\$ (1.408.902.246,51)
(-) (-) DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ (411.294.571,60)	R\$ (428.919.988,57)
(-) DESPESAS COM VENDAS	R\$ (308.167.387,71)	R\$ (332.112.279,60)
(-) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ (103.127.183,89)	R\$ (96.807.708,97)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	R\$ (110.108.055,01)	R\$ (82.975.900,50)
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 90.966.556,72	R\$ 63.245.963,65
(-) (-) DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ (143.054.260,28)	R\$ (125.141.831,20)
(-) RESULTADO DA VARIACAO CAMBIAL	R\$ (58.020.351,45)	R\$ (21.080.032,95)
(-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	R\$ 25.182.014,30	R\$ (26.682.928,16)
(-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	R\$ 1.362.195,36	R\$ (17.087.287,98)
(-) RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	R\$ 23.819.818,94	R\$ (9.595.640,18)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB SOCIAL	R\$ (825.431,77)	R\$ (3.516.042,77)
(-) IMP DE RENDA E CONTRIB SOCIAL DIFERIDOS	R\$ (825.431,77)	R\$ (3.516.042,77)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.B3.2A.CE.DA.1E.0E.AD.DE.6A.65.32.01.AE.4D.96.47.5A.8D.91-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: Positivo Tecnologia S/A

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 81.243.735/0001-48

Número de Ordem do Livro: 767

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Valor da última DRE	Valor
(-) DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO PERIODO	R\$ 8.838.100,99	R\$ (47.550.530,50)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	R\$ 1.691.729.907,53	R\$ 1.903.446.576,01
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 1.887.076.388,39	R\$ 2.177.747.644,01
(-) (-) VENDAS CANC E DESC INCONDICIONAIS	R\$ (84.987.678,41)	R\$ (84.318.127,79)
(-) TRIBUTOS INCIDENTES E SUBVENCOES	R\$ (110.358.802,45)	R\$ (189.982.940,21)
(-) (-) CUSTOS	R\$ (1.185.845.762,46)	R\$ (1.408.902.246,51)
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS	R\$ (1.185.845.762,46)	R\$ (1.408.902.246,51)
(-) (-) DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ (411.294.571,60)	R\$ (428.919.988,57)
(-) DESPESAS COM VENDAS	R\$ (308.167.387,71)	R\$ (332.112.279,60)
(-) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ (103.127.183,89)	R\$ (96.807.708,97)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	R\$ (110.108.055,01)	R\$ (82.975.900,50)
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 90.966.556,72	R\$ 63.245.963,65
(-) (-) DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ (143.054.260,28)	R\$ (125.141.831,20)
(-) RESULTADO DA VARIACAO CAMBIAL	R\$ (58.020.351,45)	R\$ (21.080.032,95)
(-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	R\$ 25.182.014,30	R\$ (26.682.928,16)
(-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	R\$ 1.362.195,36	R\$ (17.087.287,98)
(-) RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	R\$ 23.819.818,94	R\$ (9.595.640,18)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB SOCIAL	R\$ (825.431,77)	R\$ (3.516.042,77)
(-) IMP DE RENDA E CONTRIB SOCIAL DIFERIDOS	R\$ (825.431,77)	R\$ (3.516.042,77)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.B3.2A.CE.DA.1E.0E.AD.DE.6A.65.32.01.AE.4D.96.47.5A.8D.91-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Entidade: Positivo Tecnologia S/A

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNP 81.243.735/0001-48

Número de Ordem do Livro: 767

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Histórico	Mutações do Patrimônio Líquido							Total (R\$)
	CAPITAL SOCIAL (R\$)	LUCROS LÍQUIDO DESTINADO (R\$)	OPÇÕES OUTORGADAS RECONHECIDAS (R\$)	(-) AÇÕES EM TESOURARIA (R\$)	AJUSTES DE CONVERSÃO NO PERÍODO (R\$)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS (R\$)	AJUSTE DE AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS (R\$)	
Saldo Inicial em 01.01.2017	389.000.000,00	237.901.418,62	791.249,08	(-)30.273.986,88	(-)33.587.640,75	(-)4.065.346,45	(-)521.895,81	559.243.797,81
LUCRO LÍQUIDO DESTINADOS		(-)5.149.277,85						(-)5.149.277,85
OPÇÕES OUTORGADAS RECONHECIDAS			(-)413.324,10					(-)413.324,10
ACOES EM TESOURARIA				7.165.447,56				7.165.447,56
AJUSTES CONVERSÃO NO PERÍODO					(-)3.908.722,97	(-)2.855.022,23	(-)158.910,93	(-)6.922.656,13
RESULTADO DO PERÍODO		(-)47.550.530,50						(-)47.550.530,50
Saldo Final em 31.12.2017	389.000.000,00	185.201.610,27	377.924,98	(-)23.108.539,32	(-)37.496.363,72	(-)6.920.368,68	(-)680.806,74	506.373.456,79

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.B3.2A.CE.DA.1E.0E.AD.DE.6A.65.32.01.AE.4D.96.47.5A.8D.91-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

DADOS DAS ASSINATURAS



Entidade: Positivo Tecnologia S/A

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 81.243.735/0001-48

Número de Ordem do Livro: 767

Qualificação do Assinante	Administrador
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	428.804.249-68
Nº de Série do Certificado	95413235318850957269622327671659617429
Nome do Signatário	HELIO BRUCK ROTENBERG:42880424968
Autoridade Certificadora Emissora	AC Certisign RFB G4
Validade	30/10/2015 a 28/10/2018
Qualificação do Assinante	Contador
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	032.949.319-13
Nº de Série do Certificado	144240882272979247609003334712652676035
Nome do Signatário	FABIO TRIERWEILER FAIGLE:03294931913
Autoridade Certificadora Emissora	AC Certisign RFB G5
Validade	31/05/2017 a 30/05/2020

DADOS DAS ASSINATURAS

Entidade: Positivo Tecnologia S/A

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 81.243.735/0001-48

Número de Ordem do Livro: 767

Qualificação do Assinante	Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	032.949.319-13
Nº de Série do Certificado	144240882272979247609003334712652676035
Nome do Signatário	FABIO TRIERWEILER FAIGLE:03294931913
Autoridade Certificadora Emissora	AC Certisign RFB G5
Validade	31/05/2017 a 30/05/2020